

FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO

TRAJETÓRIAS, ALTERNATIVAS E PRÁTICAS
DAS MULHERES EM MOVIMENTO



FEMINISMO EM MARCHA PARA MUDAR O MUNDO

TRAJETÓRIAS, ALTERNATIVAS E PRÁTICAS
DAS MULHERES EM MOVIMENTO



**Autonomia Econômica das Mulheres:
Práticas e Processos de Troca de Experiências**

Convênio nº 782467/2013 - SPM/PR



SOF Sempreviva Organização Feminista
Rua Ministro Costa e Silva, 36
05417-080 – São Paulo – SP
Fone/fax: (11) 3819-3876
www.sof.org.br
sof@sof.org.br

Equipe Editorial

Elaboração de texto

Alessandra Ceregatti, Bárbara Lopes, Bruna Provazi, Miriam Nobre, Nalu Faria, Renata Moreno

Edição de texto

Aventura da Narração

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Foto da capa: Elaine Campos

Impressão

Pigma

Tiragem

1.000 exemplares

Esta obra foi licenciada com uma Licença *Creative Commons*

 Atribuição – Uso Não-Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil
Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença

São Paulo, 2015.

SUMÁRIO

- 5** INTRODUÇÃO
- 7** FEMINISMO E LUTAS DAS MULHERES: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA E AS DINÂMICAS RECENTES
 - 7** UMA LONGA JORNADA PELA IGUALDADE
 - 9** A QUESTÃO DAS MULHERES NO SOCIALISMO E O FEMINISMO
 - 10** A HISTÓRIA DO 8 DE MARÇO, DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES
 - 11** A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO
 - 12** AMÉRICA LATINA E CARIBE: ENTRE A POPULARIZAÇÃO DO FEMINISMO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO
 - 14** ANOS 90: APROFUNDAMENTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO
 - 16** MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: UMA NOVA DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO
 - 17** AÇÕES FEMINISTAS COMO PRINCÍPIO
 - 19** A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES NO BRASIL
- 5** UM OLHAR FEMINISTA SOBRE O CONTEXTO ATUAL
 - 23** CAPITALISMO E PATRIARCADO: UM SÓ MODELO?
 - 25** UMA DAS FALSAS SOLUÇÕES DO CAPITALISMO A SUAS CRISES: TORNAR O PATRIARCADO MAIS FORTE
- 41** O FEMINISMO COMO ALTERNATIVA
 - 41** DESAFIOS FEMINISTAS NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO
 - 42** A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS NA LUTA
 - 43** A SUSTENTABILIDADE DA VIDA - UMA APOSTA POLÍTICA
 - 45** AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES: RECONHECER E COMPARTILHAR O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL
 - 48** MULHERES TRANSFORMANDO A ECONOMIA: A ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDÁRIA
 - 49** MOSTRA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA
 - 50** SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIAS DAS MULHERES PARA
 - 51** POR UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA SEXISTA
 - 55** DIREITO À CIDADE FRENTE À OFENSIVA DO CAPITAL
 - 57** A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS RURAIS
 - 59** DESPATRIARCALIZAR O ESTADO E O SISTEMA POLÍTICO
- 61** PRÁTICAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DE UM FEMINISMO EM MOVIMENTO
 - 61** O DESAFIO DE CONSTRUIR UM MOVIMENTO INCONTORNÁVEL
 - 64** ALIANÇAS PARA AMPLIAR O FEMINISMO
 - 66** FRENTE À CAPTURA CORPORATIVA DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS, UMA DIPLOMACIA POPULAR
 - 68** UMA NOVA GERAÇÃO POLÍTICA
 - 69** BATUCADA FEMINISTA E OCUPAÇÃO FEMINISTA DO ESPAÇO PÚBLICO
 - 71** PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO FEMINISTA: NAS RUAS, NAS REDES E NOS ROÇADOS
 - 73** ARTE E CULTURA PARA CHEGAR A TODAS AS MULHERES
 - 74** FEMINISMO 2.0, ATÉ QUE TODAS SEJAMOS LIVRES

O feminismo é o movimento das mulheres organizadas em torno de reivindicações para mudar o mundo e suas vidas. Como um movimento social que interfere na conjuntura, as visões políticas, as estratégias e formas organizativas podem ser muito diversas e até antagônicas. A proposta desta publicação é apresentar as trajetórias, as propostas e as práticas feministas construídas pela Marcha Mundial das Mulheres.

A Marcha Mundial das Mulheres se define como um movimento feminista e anticapitalista, que abarca uma diversidade de mulheres tanto do ponto de vista internacional, como entre as próprias brasileiras.

A identidade política deste feminismo é marcada pela construção de unidade através da ação conjunta e pelo esforço coletivo e incessante de superar as contradições dentro do próprio movimento. A utopia feminista quer derrotar o sistema capitalista patriarcal, racista, colonial e lesbofóbico, e é a ação concreta que permite avançar nessa construção. A Marcha começou como uma campanha contra as causas da pobreza e da violência, na qual buscou evidenciar como as opressões se estruturam e estão articuladas.

A partir de 2000, nós decidimos continuar em marcha, construindo um processo organizativo em âmbito internacional e enraizado localmente, tomando as ruas nos enfrentamentos. E assim criamos uma relação de confiança entre nós. A música nos une, mesmo com a variedade de letras compostas em diferentes países. Colocamos nosso logo em nossas roupas, e quando vemos esse símbolo em qualquer parte sabemos que ali tem gente marchando para transformar, ao mesmo tempo, o mundo e a vida das mulheres. Tudo em um único movimento.

Solidariedade, construção de alianças com movimentos mistos, alternância de papéis, busca de consenso, protagonismo jovem, ocupação de espaços públicos de rua com arte e cultura, batucadas, faixas, grafites, feiras, ocupação da web e das redes sociais, formação e informação: todas essas são práticas que nos caracterizam e nos fortalecem rumo à construção da alternativa feminista para o mundo. Pudemos vê-las em ação durante o Encontro Internacional, realizado em São Paulo, entre 25 e 31 de agosto de 2013, e que reuniu 1600 mulheres de 45 países.

Esta publicação toma como referência os debates e as práticas desenvolvidos ao longo deste Encontro, com destaque para a contribuição do Brasil, que esteve no Secretariado Internacional do movimento entre julho de 2006 e o final de 2013.

A publicação se organiza em quatro partes. Na primeira, apresentamos um olhar sobre o feminismo, buscando recuperar a trajetória da luta das mulheres e mostrar como a MMM nasce como uma nova síntese que busca superar fragmentações e construir um amplo movimento de mulheres.

A segunda parte diz respeito à nossa leitura do contexto atual, que orienta o conjunto das ativistas da MMM em todo o mundo em relação às nossas prioridades de ação no enfrentamento a ofensiva do capitalismo patriarcal sobre nossos corpos, nosso trabalho e territórios.

O terceiro capítulo nos instiga a pensar o que o feminismo aporta para a construção de um outro projeto de sociedade, antagônico ao capitalismo, que é patriarcal, racista e colonialista. O ponto de partida são as indagações que as cubanas se colocaram sobre o que significava construir na prática um projeto de socialismo desde o ponto de vista das mulheres. E chega às alternativas que nós, mulheres em resistência, desenvolvemos cotidianamente em nossas vidas, com enforque particular na América Latina.

Na quarta parte apresentamos nossas práticas políticas e organizativas, com destaque para a experiência do Brasil, da formação das batucadas, da construção de uma comunicação feminista, da ocupação dos espaços públicos de forma coletiva e irreverente, e da aliança com os movimentos sociais.

Esperamos que estes textos sejam úteis para a fortalecer nossa formação e auto-organização, e para nossa reflexão sobre as alternativas que estamos construindo.

FEMINISMO E LUTAS DAS MULHERES

UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA E AS DINÂMICAS RECENTES

Recuperar a história do feminismo é sempre um desafio. Além dos registros sistematizados, dos documentos e da memória de suas integrantes, há uma diversidade de processos espalhados pelo mundo que ainda precisam ser revelados e incorporados nas narrativas das trajetórias feministas, sobretudo as anti-sistêmicas. Neste texto, apresentamos um olhar sobre esta história, percorrendo alguns caminhos da formação do feminismo como um movimento baseado na auto-organização das mulheres, tomando como referência os processos organizativos nos marcos do debate socialista, em um diálogo entre as experiências dos países do Norte e da América Latina. Chegamos às novas dinâmicas forjadas na resistência à sociedade de mercado e na trajetória da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil.

UMA LONGA JORNADA PELA IGUALDADE¹

As mulheres estiveram presentes em todas as experiências de lutas e resistência dos povos oprimidos. Essa presença ainda é muito ocultada e as representações predominantes sobre as mulheres são que na maior parte da história estiveram dentro de casa e sem nenhuma participação pública. No caso da América Latina, por exemplo, aqui e acolá aparecem relatos de algumas mulheres excepcionais, em geral retratadas a partir da relação com um marido ou amante. Mas o que estes relatos invisibilizam é que, desde as lutas

1. Extrato do texto "Por onde passa a história da luta das mulheres", de Nalu Faria. In: Papa, Fernanda; Jorge, Flavio (Org.) *O feminismo é uma prática: reflexões com mulheres jovens do PT*. São Paulo : Fundação Friedrich Ebert, 2008.

anti-coloniais e anti-escravidão, muitas mulheres indígenas e negras de nossa região lutaram ombro a ombro com os homens.

Além da presença das mulheres nas lutas por auto-determinação dos povos, o debate sobre a igualdade entre os sexos é muito mais antigo do que se imaginava. Como afirma Alicia Puleo, “o estudo do discurso filosófico nos mostra que muitas vezes – ou quase sempre, quando há um discurso profundamente misógino é porque paralelamente existe um discurso feminista, nessa mesma época”².

Em geral, é bastante consensual a visão de que a participação na Revolução Francesa marcou o início do movimento de mulheres como processo de auto-organização. Mas é a partir de 1850 que há uma ampliação do que se conhece como movimento feminista enquanto organização das mulheres reivindicando direitos e igualdade. De forma genérica, houve um movimento de mulheres burguesas e de classe média, chamadas de sufragistas, que lutaram pela igualdade em torno a reivindicações como o direito a votar e a ser votada, o direito ao divórcio, o direito a estudar e a exercer determinadas profissões. Nos Estados Unidos, naquele momento, também havia uma participação expressiva das mulheres negras no movimento abolicionista, e posteriormente se buscou construir alianças entre as sufragistas e as abolicionistas.

Ao mesmo tempo as trabalhadoras se organizaram nos sindicatos e desde o início das organizações socialistas houve a presença das mulheres, mesmo que elas tenham encontrado resistência e oposição de vários homens. Essa oposição se dava por duas razões. A primeira, a partir da visão de que o lugar adequado para as mulheres era a família e a segunda, decorrente disso, mais presente nos sindicatos, de que as mulheres eram ladras de emprego. Por outro lado é importante ressaltar que a história está cheia de exemplos de homens que defenderam o direito das mulheres à igualdade, inclusive participando dos embates, por exemplo, dentro da Segunda Internacional Socialista.

Tanto na Europa como nos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que se desenvolveu um forte movimento sufragista também houve um processo de debate dentro dos partidos socialistas que influenciou a organização das mulheres dentro dos sindicatos. Isso se deu em um ambiente de crescente crítica ao capitalismo e forte processo de organização do movimento socialista.

2. PULEO, Alicia. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: Godinho, T.; Silveira, M. L. (Org). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/PMSP, 2004.

A QUESTÃO DAS MULHERES NO SOCIALISMO E O FEMINISMO

O fato de existir um forte e vigoroso movimento de mulheres sufragistas tensionou positivamente os partidos socialistas que estavam nascendo por volta de 1860/70 no sentido de forçar o debate sobre os direitos das mulheres. Na Primeira Internacional Socialista, a discussão era permanente embora não necessariamente todos os socialistas tivessem uma mesma posição. No caso de Karl Marx e Friedrich Engels, sua postura era não apenas a de defender o direito das mulheres ao trabalho como também a de situar a opressão das mulheres como uma questão histórica e não como produto da biologia. Ambos tinham uma forte crítica à família patriarcal e burguesa. Pensavam que a grande produção industrial que tinha proletarizado as mulheres levando-as para o espaço público havia criado as bases para a destruição da família. Entretanto, essa avaliação, influenciada pelo momento conjuntural, mostrou-se simplista. O capitalismo terminou por conseguir reorganizar uma família burguesa para seus interesses.

August Bebel foi o primeiro que sistematizou a situação das mulheres desde um ponto de vista socialista e tentou imaginar o que seria a vida delas no socialismo³. Um dos debates mais fortes nesse período era sobre o direito ao trabalho. No setor mais marxista, prevaleceu a crítica à família e ao trabalho doméstico, visto como algo pesado, rotineiro e escravizante, que deveria ser abolido. Sua reivindicação era sobretudo pela socialização desse trabalho com o intuito de liberar as mulheres. Com raras exceções, colocaram o tema da responsabilidade masculina por parte do trabalho doméstico e de cuidados.

Outro debate intenso nessa época era sobre a prostituição, em relação à qual tinham uma postura absolutamente crítica. Um primeiro ponto de vista era o de que as mulheres se prostituíam por falta de opção de trabalho, portanto, por uma questão econômica. Um segundo era o de crítica à família e à hipocrisia em relação à sexualidade.

Naquela época, as Internacionais Socialistas eram os espaços privilegiado para a discussão e organização do movimento socialista. Posteriormente, as mulheres passaram a se reunir em Conferências Internacionais das Mulheres Socialistas. Nos diferentes países em que estavam organizadas, as mulheres tinham estratégias para ampliar sua participação no mo-

3. Essa reflexão está sistematizada no livro "A mulher e o socialismo", de 1879.

vimento socialista como um todo e o debate em torno dos direitos das mulheres. Os jornais “A igualdade”, na Alemanha, e “A trabalhadora”, na Rússia, ilustram essa estratégia.

A organização de um movimento de mulheres e do feminismo como corrente teórica e prática marcou uma mudança nesses debates. A participação das mulheres em todos os processos grevistas que se desenvolveram desde a última década do século XIX até os anos de 1920 (na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina, como o Brasil) já era expressiva. Inclusive muitas greves foram deflagradas pelas mulheres e muitas a partir da denúncia da violência sexual. Além de afirmar as mulheres como sujeitos políticos, o feminismo permitiu recuperar partes da história que eram sistematicamente ocultadas para invisibilizar essa presença e contribuição.

O feminismo teve um papel fundamental para questionar as relações de opressão e anunciar novas possibilidades. É uma radicalização da proposta de autonomia, liberdade, auto-determinação e emancipação humana. Ao longo do século XX, as mulheres conquistaram vários direitos como frutos de sua luta organizada em várias partes do mundo, embora isso tenha se dado de forma extremamente desigual segundo o contexto de cada país.

A HISTÓRIA DO 8 DE MARÇO, DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES

As pesquisas realizadas por feministas sobre a história do 8 de março revelaram que sua origem é parte da história de lutas e militância das socialistas. Sua história remonta à iniciativa das mulheres estadunidenses de organização do “Woman’s Day”, iniciado em 1908, dedicado à luta pelo direito ao voto feminino, em um contexto de crescentes greves organizadas pelas operárias. Clara Zetkin, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1910, propôs instaurar um dia internacional das mulheres, seguindo o exemplo das socialistas americanas. Nos anos seguintes, por toda a Europa se espalharam as comemorações do dia internacional da mulher ainda sem uma data fixa para todos os países, mas sempre com a reivindicação do direito ao voto feminino como parte da luta das mulheres por emancipação. Em 1917, na comemoração desse dia, um 8 de março (23 de fevereiro no calendário ortodoxo), as operárias russas entraram em greve e iniciaram um amplo processo de luta que deu início à revolução de fevereiro.

Em 1921 na Conferência Internacional das Mulheres Comunistas se propôs o 8 de março como o Dia Internacional das Mulheres, lembrando a iniciativa das mulheres russas.

O período das grandes guerras mundiais foi marcado por uma grave crise econômica mundial que deu espaço para a ascensão do nazismo e do fascismo em alguns países da Europa. Esse foi um momento de refluxo do movimento feminista. Enquanto uma parte das mulheres continuava sua luta para que o direito voto e a ser votada fosse de fato efetivado, outra se engajava em lutas de resistência armada como na Guerra Civil Espanhola ou na resistência ao fascismo na Alemanha, França, Itália e Rússia. Um grande contingente de mulheres também integrou a força de trabalho nas fábricas de armamentos, embalagens, ferramentas, em hospitais e em vários setores administrativos, suprindo a força de trabalho masculina.

A SEGUNDA ONDA DO FEMINISMO

Nos anos 60 se inicia a segunda onda do movimento feminista, que incorpora setores de classe média e mulheres profissionais na Europa e nos Estados Unidos. Trouxe várias contribuições das quais se destacam: a afirmação da necessidade de organização de um movimento autônomo das mulheres, a consolidação do reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e a elaboração de um arcabouço teórico que questionou vários dos paradigmas dominantes do conhecimento teórico. Foi nesse período que as feministas passaram a ocupar mais espaços nas universidades e a produzir críticas às teorias que foram construídas tomando a experiência masculina como universal, ocultando não só as mulheres, como as relações de poder entre homens e mulheres. O debate sobre o trabalho doméstico, a própria conceituação da conceito de gênero e do patriarcado como sistema, marcam este período.

Entre as várias posições que conviviam dentro do movimento feminista, a do setor socialista fez o esforço de articular as dimensões da opressão das mulheres com a da opressão de classe e, portanto, de colocar o debate sobre feminismo e socialismo. Há grande contribuição sobre feminismo e socialismo vinda dessa segunda onda. Muitas autoras tentaram avaliar os limites de Marx e Engels, os avanços do marxismo, como enfrentar seus limites, se o marxismo era adequado para explicar a opressão das mulheres, o debate sobre o patriarcado etc.

O grande mérito dessa onda do movimento feminista foi o de afirmar a compreensão da opressão específica, enfrentando o debate da contradição colocada pelas relações sociais entre homens e mulheres. Seu resultado foi uma forte politização da esfera privada.

Porém, fruto das contradições e limites da esquerda socialista e também das correntes radicais e autonomistas do feminismo, a partir de um determinado momento prevaleceu uma visão de direitos individuais, com uma perspectiva de incorporação das mulheres ao modelo e de pouco questionamento global. Isso será analisado em mais detalhes em relação ao processo na América Latina e Caribe.

AMÉRICA LATINA E CARIBE: ENTRE A POPULARIZAÇÃO DO FEMINISMO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Existe uma avaliação geral de que a segunda onda do movimento feminista chegou à região nos anos 1970. Muitas análises tratam da complexidade desse processo, levando em conta as especificidades de nossa situação política e cultural. Em vários países, um aspecto comum é que a articulação do movimento feminista ocorreu em um contexto de ditaduras, como parte da luta pela redemocratização, e envolveu desde grupos autônomos que manifestavam forte crítica à política sexista dos partidos de esquerda e dos sindicatos, quanto militantes partidárias que procuravam combinar sua intervenção no movimento de mulheres com a luta por mudanças dentro dos partidos de esquerda em que militavam.

No processo de luta contra a ditadura, houve a construção de relações com outros movimentos sociais e, de forma geral, pode-se dizer que havia a influência de uma visão socialista e classista. Porém, em relação ao feminismo, os partidos de esquerda e os movimentos mistos não reconheciam sua importância e o consideravam uma luta de caráter liberal da classe média e da pequena burguesia. Como estratégia, uma parte do movimento buscou trabalhar para que as mulheres dos setores populares assumissem uma perspectiva feminista.

Durante muitos anos, as tensões a respeito da identidade feminista, isto é, sobre quem seria feminista ou não (Alvarez, 2000: 387), e sobre a estratégia de construção do feminismo apareceram no debate geral como visões diferentes acerca de qual deveria ser a prioridade do movimento de mulheres. Como tratar as questões específicas das mulheres e as questões gerais

da sociedade era o centro da polêmica. De modo geral, pode-se dizer que conviveram e se enfrentaram três posições. Uma postulava que em contexto de ditadura o mais importante era a luta pela redemocratização e considerava importante incorporar as mulheres nesse processo. Portanto, secundarizava a discussão das chamadas “demandas específicas” de mulheres e o enfrentamento das contradições nas relações entre homens e mulheres. Essa visão esteve mais presente no início do movimento e em países com influência dos partidos comunistas.

Uma segunda posição via as “questões específicas” como parte de uma luta cultural e as questões gerais como a luta política. Dentro do aspecto cultural estavam colocadas todas as questões da vida cotidiana, da sexualidade, do sexismo no conjunto das relações entre homens e mulheres. Apenas para citar um exemplo, muitas brasileiras ainda se lembram quando, na preparação do 8 de março, já no final dos anos 1980, era contestada a proposta de se colocar o apoio à luta pela Reforma Agrária com o argumento de que essa não era uma luta específica das mulheres, ainda que naquele momento as bandeiras pela legalização do aborto e contra a violência estivessem colocadas na plataforma com prioridade.

Uma terceira posição, talvez minoritária, defendia que não havia uma contradição entre o específico e o geral e que era preciso trabalhar ambos os aspectos, tendo em vista a sociedade como um todo. Ela apontava para a necessidade de transformação do conjunto das organizações de esquerda e defendia que estas assumissem uma visão feminista em seu interior e em suas plataformas. Este é o entendimento que, mais tarde, no final da década de 90 e início dos anos 2000, vai se fortalecer com a constituição da Marcha Mundial das Mulheres como movimento permanente.

A transição das ditaduras para a democratização é marcada por uma dupla dinâmica: de um lado, observa-se o crescimento da organização popular das mulheres, via a atuação da igreja progressista, sindicatos e alguns partidos. Por outro, há uma crescente institucionalização do movimento que atinge principalmente o setor que tinha uma visão mais culturalista do feminismo e que colocava menos ênfase na organização de massa. A institucionalização desse setor, que se tornará hegemônico ao longo dos anos 1990, resulta, de um lado, da profissionalização de militantes via organizações não-governamentais (ONGs) e, de outro, da criação por parte do Estado de estruturas governamentais, como é o caso do Conselho de Direitos da Mulher.

Em termos de articulação e organização, os Encontros Feministas Latinoamericanos e do Caribe eram um dos espaços mais visíveis do movimento feminista em nível regional ao longo dos anos 1980 e 1990, mas não o único. Esses encontros permitiram ampliar a agenda do movimento feminista bem como mostrar sua diversidade de composição social e setorial (negras, lésbicas, camponesas, sindicalistas etc.) O debate sobre o modelo organizativo do movimento, que trazia com força os temas da democracia interna e da representação, também estava colocado nesse momento. A partir desses encontros se estruturaram várias redes temáticas, porém o que se consolidou nos anos seguintes foi a participação em fóruns globais da sociedade civil, paralelos às conferências em torno da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), restritos a um pequeno grupo de feministas que integrava as delegações oficiais.

ANOS 90:

APROFUNDAMENTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO

O início dos anos 1990 foi marcado pelos debates que se seguiram à queda do muro de Berlim e da União Soviética, sem uma posição crítica diante das profundas políticas de ajuste estrutural e de abertura comercial impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, rumo à implementação do neoliberalismo. A globalização era analisada como um dado irreversível e vista a partir de seus efeitos positivos e negativos sobre as mulheres.

Houve o deslocamento de um debate mais geral sobre transformação social para um debate focado apenas no campo da normatização dos direitos e das propostas de políticas públicas. “Não há alternativa” era o mote do pensamento único neoliberal. As palavras de ordem eram ser propositivo e trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais com o grande horizonte de estabelecer políticas públicas, mas sem questionar os limites dados pelo modelo de Estado mínimo vigente. Ou seja, fazer o possível, sem pretender mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento. Isso mostrou-se bastante contraditório, uma vez que o debate geral denunciava a redução das políticas sociais.

Foi nesse ambiente que a ONU organizou o ciclo de grandes conferências (Meio Ambiente, Direitos Humanos, População, entre outras), buscan-

do legitimar-se como a negociadora da agenda social de combate à pobreza, intensificada pelas políticas de ajustes neoliberais. As plataformas aprovadas nessas conferências foram consideradas um grande avanço, mesmo que suas definições fossem genéricas e não entrassem nos aspectos estruturantes das desigualdades.

A articulação para a Conferência de Pequim, realizada na China, em 1995, representou um ápice na trajetória do movimento feminista na região latino-americana. Pela primeira vez, estruturou-se uma coordenação, rompendo com uma visão anterior, contrária à formação de estruturas mais orgânicas do movimento. Setores que estavam buscando uma identidade própria dentro do movimento de mulheres, tais como negras, jovens, indígenas, foram reforçados. Também começaram a se expressar divergências em relação à participação nos eventos da ONU, que apareceram de maneira forte no processo de preparação do VII Encontro Feminista realizado em Cartagena no Chile em 1996.

A comissão organizadora desse encontro traduziu essa questão na proposta de se discutir as correntes feministas presentes na região, dividindo-as em duas: as autônomas e as institucionalizadas. No entanto, essa caracterização era extremamente simplificadora da dinâmica complexa do movimento feminista e isso ficou claro quando um grupo afirmou que não se enquadrava nessa definição e propôs uma terceira alternativa, o grupo “nem umas nem outras”, que foi o maior em número de participantes.

Como resultado da política institucionalizada e influenciado pelo quadro geral de desmobilização da esquerda, a despolitização no movimento de mulheres cresceu e houve uma perda de radicalidade. Em adição, o discurso triunfalista manejado pelos setores institucionais evitava a construção de uma avaliação dos efeitos do neoliberalismo sobre as mulheres. O tom predominante era em relação aos avanços e nunca sobre os retrocessos que estavam ocorrendo em todos os campos. Enquanto o setor hegemônico do movimento se limitava ao discurso de políticas públicas no Estado mínimo e ao investimento na construção de plataformas e convenções internacionais, o mercado organizava a vida da maioria das mulheres mantendo formas de superexploração do trabalho, investindo em sobrecarregar a família (as mães) com o cuidado e a sobrevivência das pessoas e na identificação das mulheres como um corpo e retomando modas conservadoras na imagem das mulheres, entre outros aspectos.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES: UMA NOVA DINÂMICA DE ORGANIZAÇÃO

Durante os anos 90, começaram a se formar as primeiras redes para discutir o tema de mulheres e economia, que mais tarde evoluiu para o debate sobre economia feminista. Esses espaços se reforçaram associados à resistência contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), organizada pela Aliança Social Continental. Num primeiro momento, esse processo foi quase invisível e pouco valorizado dentro do feminismo.

Foi neste contexto que começou também a organização da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), lançada em 8 de março de 2000 como uma campanha internacional contra a pobreza e a violência sexista. A iniciativa partiu do movimento de mulheres do Québec e começou a ser construída já em 1995, em Pequim. Desde seu início, a MMM colocou uma crítica global ao capitalismo e ao neoliberalismo. Sua estratégia foi a de construir uma dinâmica uma resposta para a ofensiva conservadora em curso em torno a ações concretas das mulheres nas ruas, para além dos espaços institucionalizados.

O primeiro Encontro Internacional da MMM ocorreu em 1998 e definiu uma plataforma centrada em 17 pontos contra a pobreza e 17 pontos contra a violência. Nesse espaço, definiu-se também a proposta de realizar como ação concreta um abaixo-assinado em torno dessas reivindicações para ser entregue à ONU, ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 17 de outubro de 2000, data que marca o Dia Internacional de Luta contra a Pobreza.

Essa plataforma de 17 pontos expressava uma crítica à globalização neoliberal num marco em que o debate hegemônico focava no alívio da pobreza. Outro aspecto fundamental foi a articulação entre a agenda econômica e a luta contra a violência, que incluía as questões de autonomia sobre o corpo, com uma compreensão de como o capitalismo e o patriarcado se reforçam mutuamente. Mas o fator determinante foi justamente posicionar as mulheres no debate econômico no momento em que esse era o centro da disputa.

O sucesso dessa primeira campanha fez com que as participantes decidissem pela continuidade da MMM como um movimento permanente o que colocou novos desafios, em particular, o de maior definição de seu posicionamento político. Para reforçar essa construção, a MMM passou a participar do processo do Fórum Social Mundial (FSM) e das Assembleias de Movimentos

Sociais, construindo e reforçando alianças com mulheres de movimentos sociais mistos, principalmente em torno às lutas contra o livre comércio, como a Campanha contra a Alca e para tirar a Organização Mundial do Comércio (OMC) dos trilhos. As ações e análises feministas desenvolvidas nessa luta colocaram as mulheres como um sujeito político importante na disputa da agenda econômica, e foram fundamentais para a recomposição de um campo feminista e anti-capitalista no movimento de mulheres.

Ao mesmo tempo, a MMM deu continuidade ao seu processo de organização interna, constituindo Coordenações Nacionais e uma coordenação internacional, formada por um Comitê Internacional e um Secretariado Internacional.

AÇÕES FEMINISTAS COMO PRINCÍPIO

Do ponto de vista da sua metodologia de construção, a organização de ações internacionais a cada cinco anos é um elemento determinante para a MMM. Nelas são definidos objetivos comuns a serem cumpridos pelos países no seu processo de construção. Ao mesmo tempo a preparação das ações internacionais marcou processos de sínteses da plataforma da MMM.

Para a Segunda Ação Internacional, em 2005, a MMM elaborou a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade após um amplo debate e construção coletiva de uma posição comum, com mulheres que tinham diferentes experiências e culturas políticas. A Carta apresenta o outro mundo que as mulheres querem e já estão construindo, baseado em cinco valores: liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz. Essa Carta percorreu os cinco continentes, partindo no 8 de março de 2005, de São Paulo, no Brasil. Em cada país, as Coordenações Nacionais expressaram em um retalho de tecido seu olhar sobre o mundo que queremos - e já estamos construindo - com base nesses valores. Estes retalhos foram sendo costurados em uma Colcha da Solidariedade, que foi concluída em 17 de outubro de 2005, na última parada, em Ouagadougou, Burkina Faso, na África.

A preparação da Terceira Ação Internacional, em 2010, resulta em novas sínteses que concretizam a plataforma de luta e reivindicações do conjunto das organizações que integram a MMM: Trabalho e autonomia econômica das mulheres, Violência, Bens comuns e serviços públicos, Paz e desmilitarização. Desde então, a MMM assume como lema “Seguiremos em marcha

até que todas sejamos livres”. A ação de 2010 se organizou em torno a três focos: a expressão de demandas nacionais por meio de marchas e / ou caravanas, a celebração do 100º aniversário da declaração do Dia Internacional da Mulher com o resgate da história de mulheres lutadoras, e a amplificação da voz das mulheres que sofrem violência em situações de guerra, com a denúncia sobre as causas econômicas desses conflitos armados e a busca de soluções para superá-los.

A grande contribuição dessa ação de 2010 foi convidar a todos os países, não apenas aqueles que estão em situação de conflito aberto, a refletir sobre a militarização da vida cotidiana e sua relação com o modelo capitalista e patriarcal. Essa temática esteve presente na ação regional Européia que aconteceu na Turquia, especialmente pela contribuição das mulheres dos Balcãs e das curdas. Também organizou a ação regional na Ásia, nas Filipinas, e a ação das Américas, na Colômbia, onde ocorreram mobilizações frente a bases militares dos Estados Unidos. Na Colômbia e na República Democrática do Congo foram organizadas missões internacionais em comunidades afetadas pelo conflito. O ato de encerramento da ação em Bukavu, na República Democrática do Congo, foi uma experiência única da diplomacia popular e da solidariedade internacional. Dez anos após a entrega das 17 demandas internacionais na ONU, a MMM questionou essa instituição no terreno e lembrou que os direitos das mulheres inscritos em convenções, tratados e resoluções só cobram sentido quando são reais para todas as mulheres do mundo.

Dessa maneira, a Marcha Mundial das Mulheres se constituiu em vários países como uma alternativa ao processo de institucionalização e perda de radicalidade do movimento feminista, retomando a idéia de auto-organização das mulheres, de mobilização, de fazer a luta feminista vinculada à luta anticapitalista, recolocando a questão de classe sem abandonar outras questões como as de raça, sexualidade e geracional. Sua articulação concretizou essa opção e recolocou de forma massiva o debate sobre gênero e classe.

A Quarta Ação Internacional acontece em 2015 em uma conjuntura tão complexa como a que marcou o início do movimento e reforça a necessidade de continuar em luta até que todas as mulheres sejam livres e de aprofundar e ampliar ainda mais a visão que articula capitalismo e patriarcado, reforçada pelo racismo.

A Marcha Mundial das Mulheres no Brasil⁴

Para construir a ação internacional no ano 2000, as mulheres do Quebec estabeleceram contato com organizações em vários países. No Brasil, o primeiro foi com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). Foram elas que marcaram as reuniões para discutir a proposta e definir as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional da MMM, que aconteceu em 1998, em Quebec, e teve a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios.

Essa primeira ação foi marcada por atividades realizadas em todos os estados entre o 8 de março e o 17 de outubro. O grande momento nacional foi a realização da primeira Marcha das Margaridas, proposta pelas mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que reuniu 20 mil mulheres em Brasília. O nome desta Marcha, uma referência a Margarida Alves, tornou visível a trajetória de lutas das mulheres rurais, que desde os anos 1980 atuam de forma organizada no Brasil.

A construção como movimento permanente continuou e teve nos eventos do Fórum Social Mundial realizados no Brasil um espaço prioritário de articulação nacional e internacional. Foi a partir do FSM que se impulsionou a luta contra a ALCA. Nesse processo, em 2002, a MMM elaborou a consigna *“O mundo não é uma mercadoria! As mulheres também não!”* e o grito *“A nossa luta é todo dia: somos mulheres e não mercadoria!”* Como parte dessa campanha, a MMM convocou, no dia 12 de agosto de 2002, um dia de ação das mulheres contra a ALCA com feiras de informação, apresentações de teatro, panfletagens, oficinas, pintura de painéis, mostra de plantas medicinais e produtos orgânicos, atos públicos e caminhadas, divulgação em rádios, shows e tribunais populares que denunciaram as consequências do livre comércio para as mulheres nas ruas de 14 estados. Em setembro de 2002, 10.149.542 pessoas participaram do Plebiscito popular sobre a ALCA, sendo que mais de 95% votaram contra a assinatura do acordo.

Em 2003, a Marcha do Brasil iniciou uma Campanha pela Valorização do Salário Mínimo, como uma estratégia para distribuir a renda, combater a pobreza, diminuir as desigualdades salariais entre homens e mulheres, brancos e negros. A campanha propunha dobrar o valor do mínimo em quatro anos, promovendo a cada ano um reajuste integral da inflação mais um aumento de 19% em seu valor. >>

4. Extraído da publicação “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”, da MMM Brasil.

Já em 2004, as jovens da MMM lançam a Ofensiva contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres como uma ação permanente de crítica ao controle do corpo e da sexualidade das mulheres pelo mercado e de questionamento da naturalização e idealização do “ser mulher”, que impõe um padrão de mulher que é branca, flexível, plastificada, feliz e mãe.

O ano de 2005 é marcado pelo lançamento da 3ª Ação Internacional, que reúne 30 mil mulheres de todo o Brasil em São Paulo, e inicia a viagem ao redor do mundo da Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade.

Entre 25 e 28 de agosto de 2006, em Belo Horizonte (Minas Gerais), acontece o I Encontro Nacional da MMM, que reúne 500 mulheres. Com uma programação que mesclou formação política, debates estratégicos e intercâmbios de práticas feministas, o Encontro teve o papel de fortalecer a auto-organização das militantes brasileiras e preparar para o desafio de assumir a tarefa de coordenar o Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres.

O aprofundamento da agenda e da articulação com mulheres da Via Campesina e Amigos da Terra Internacional, com a preparação do Fórum Nyéleni de Soberania Alimentar, em Selingué, no Mali marca os anos de 2006 e de 2007. Foram realizadas oficinas preparatórias no Brasil e América Latina com mulheres camponesas, pescadoras e também urbanas que aprofundaram uma visão feminista sobre a soberania alimentar.

Já o ano de 2008 é marcado pela criação da Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, uma resposta organizada à ofensiva dos setores conservadores que se expressou no fechamento de clínicas clandestinas e na perseguição e condenação de mulheres que recorreram à prática do aborto. Nesse ano também as mulheres da MMM e da Via Campesina Brasil organizaram o Encontro Nacional de Mulheres em Luta por Soberania Alimentar e Energética, para afirmar a crítica à concepção de desenvolvimento baseada na ideia de crescimento econômico ilimitado, onde o mercado e o lucro privado são priorizados em detrimento da dignidade e sustentabilidade da vida.

O ano de 2009 é marcado pela ampliação dos efeitos da crise sistêmica e pela preparação da Terceira Ação Internacional, que reuniu 3 mil mulheres que marcharam entre as cidades de Campinas e São Paulo entre o 8 e o 18 de março de 2010.

Ao longo de 2011 e 2012, o novo discurso capitalista se traduz nas propostas da “economia verde”, que em um processo similar ao que mercantiliza as vidas, corpos e territórios das mulheres, trata a natureza como um recurso

>>

a serviço do lucro de empresas, visto como inesgotável ou como mercadorias mais caras à medida que se esgotam pela má utilização. A realização da Cúpula dos Povos paralela à Rio+20, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, é o momento de organizar a luta feminista por um novo paradigma de sustentabilidade da vida, que vai além da visão sobre a sustentabilidade ambiental para incorporar as relações humanas como parte dos conflitos e relações de poder que devem ser alteradas.

Também em 2012, a MMM participa da organização do Fórum Social Palestina Livre, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), um espaço fundamental para conhecer a realidade e a experiência das mulheres palestinas, e para fortalecer na MMM do Brasil a solidariedade ativa com esta luta. Nesse espaço, a MMM denunciou a ação do Estado genocida de Israel que conta com a conivência, apoio e financiamento de outros Estados poderosos como os Estados Unidos e gera muito lucro para a indústria armamentista.

A partir de 2013, o contexto marcado pela ampliação da reação conservadora, capitalista, patriarcal, racista e lesbofóbica coloca na agenda do conjunto dos movimentos sociais brasileiros a necessidade de se pensar a reforma política. Nesse processo, a MMM reivindica uma profunda democratização do Estado que implique romper com os privilégios da classe dominante, que gere ações de despatriarcalização⁵, com mudanças na lógica e na estrutura do Estado e que garantam seu sentido público, com ações emancipatórias construídas com base na soberania e na participação popular.

Atualmente, a MMM está organizada em 20 estados no Brasil em núcleos e comitês, e envolve tanto grupos de mulheres que tenham identidade política com a MMM e aderem coletivamente a ela, quanto mulheres que não são de nenhum grupo mas que se integram aos núcleos e comitês para ser parte da dinâmica da Marcha.

A cada reunião nacional, os comitês estaduais indicam representantes para participar. Além disso, uma coordenação executiva é responsável pelo seguimento das tarefas e processos. No 9º Encontro Internacional da MMM, realizado no Brasil em agosto de 2013, o coletivo de comunicadoras foi formado. Seu objetivo é construir uma comunicação popular e feminista, em convergência com os movimentos sociais, integrando o feminismo da MMM nas redes, ruas e roçados. ■

5. Na América Latina e Caribe a denúncia do caráter patriarcal do Estado está presente há alguns anos, assim como a reivindicação de organismos governamentais que possam implementar políticas dirigidas à igualdade para as mulheres. Já no processo de transição as ditaduras no final dos anos 80 foram estruturados os primeiros organismos, endo que em alguns países hoje tem o caráter de ministério como é o exemplo do Brasil. Recentemente as feministas bolivianas nos marcos do governo popular de Evo Morales passaram a propor a despatriarcalização como a transformação das estruturas, práticas cotidianas e discursos que perpetuam e reproduzem as relações de poder que subordinam às mulheres.



Painel debate as experiências e estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres no campo e na cidade.

Intercâmbio de ritmos e palavras de ordem em oficina de batucada feminista



UM OLHAR FEMINISTA SOBRE O CONTEXTO ATUAL

Nossa leitura sobre o contexto busca entender como patriarcado e capitalismo se retroalimentam ainda mais com a crise que vive o capitalismo e suas falsas soluções. Temos o desafio de incorporar em nossas análises o colonialismo, o racismo e a imposição da heterossexualidade como norma como estruturantes de um sistema de opressão que mantém a ordem dominante. As resistências e alternativas que estamos construindo buscam responder a este contexto. Ao mesmo tempo, as lutas concretas trazem novas questões para nossa visão política sobre o atual momento. .

CAPITALISMO E PATRIARCADO: UM SÓ MODELO?

Em 2000, na Carta aos e às dirigentes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial descrevemos as causas estruturais da pobreza e das violências: “Para a Marcha, o mundo de hoje e a situação das mulheres em particular se explica pela força conjugada de dois fenômenos globais:

- A dominação de um sistema econômico único que abarca todo o globo: o capitalismo neoliberal, esse sistema único, dominante, que se rege pela competição absoluta e se orienta em todas as direções pela privatização, a liberalização, a desregulamentação, submetido só à lei da “supremacia dos mercados”, onde o disfrute pleno dos direitos humanos fundamentais está subordinado à liberdade econômica, que provoca exclusões sociais intoleráveis e perigos para a paz no mundo e para o futuro do planeta.

- A perpetuação de um sistema social, político e econômico dominante contra as mulheres: o sistema patriarcal, um sistema que não data do século

XX mas que vem se consolidando há milênios segundo uma intensidade variável e culturas diferentes. Este sistema de valores, regras, normas, políticas, se baseia na pretensão de que existe uma inferioridade natural das mulheres como seres humanos e na hierarquização dos papéis que nossa sociedade atribui às mulheres e aos homens. Este sistema consagra o poder masculino, engendra violências e exclusões e imprime à mundialização atual um viés extremamente sexista.

Estas duas forças históricas se alimentam reciprocamente e se fortalecem mutuamente para manter a grande maioria das mulheres em uma situação de inferioridade cultural, desvalorização social, marginalidade econômica, invisibilidade de sua existência e seu trabalho, mercantilização de seus corpos.”¹

Desde então convivem na Marcha perspectivas analíticas que tratam o patriarcado e o capitalismo como dois sistemas ou como um só sistema – o patriarcado capitalista ou o capitalismo patriarcal. Em comum, temos o esforço de tornar visível como a opressão das mulheres – o patriarcado – é constitutivo das relações econômicas, sociais, culturais, que cimentam a atual ordem social. Um exemplo é a exploração do trabalho das mulheres nas máquinas, onde as habilidades desenvolvidas na socialização de gênero feminino como a paciência ou a destreza são utilizadas sem reconhecimento nem melhor remuneração. Ou quando o assédio sexual é utilizado como método gerencial de humilhação e controle das trabalhadoras.

A Marcha começou a ser construída no final dos anos 1990, no contexto de auge do pensamento único neoliberal. A orientação do chamado Consenso de Washington era a imposição de políticas de “ajuste estrutural”, marcadas pelas privatizações, redução da intervenção do Estado na economia, abertura de mercados, redução dos gastos sociais. Desde aquele período e até agora, nossa visão vai além de um olhar apenas para os impactos da globalização sobre as mulheres: identificamos como as desigualdades de gênero estão no coração deste modelo econômico. Partimos da experiência concreta e sobretudo da resistência cotidiana e criativa das mulheres e nos atrevemos a falar de alternativas, de outras formas de organizar a vida. Identificamos nas políticas do FMI e do Banco Mundial novas formas de colonialismo, mas ainda precisamos aprofundar na MMM uma compreensão que articule os sistemas patriarcal e capitalista, o racismo e o neocolonialismo.

1. Marcha Mundial de las Mujeres 1998-2008 : una década de lucha internacional feminista. São Paulo : SOF - Sempre Viva Organização Feminista, 2008, p. 66. Disponível em espanhol no link: <http://www.marchemondiale.org/publications/libro1998-2008/part02/es>

Hoje, 15 anos após nossa primeira ação internacional, nos enfrentamos a uma forte reestruturação do sistema para manter a ordem de opressão e exploração que evidencia e amplia os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estavam em sua origem e que podemos sintetizar em quatro processos: a) o acaparamento da natureza; b) a apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores; c) o controle sobre o corpo e a vida das mulheres²; d) a militarização, a criminalização e a violência. Esses processos são reforçados pela despolitização e o controle da informação.

UMA DAS FALSAS SOLUÇÕES DO CAPITALISMO: TORNAR O PATRIARCADO MAIS FORTE

Neste processo atual de acumulação, conhecido como “acumulação por despossessão”³, tudo se transforma em mercadoria – água, ar, florestas, sementes, serviços como educação e saúde. A desigualdade e a concentração de riqueza aumentam e quem paga os custos da crise do capital são os setores pobres e médios da sociedade. Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), em 2009, ano de agudização da crise, enquanto o desemprego cresceu 10% a mais em relação a 2007, os ricos (aqueles com mais de um milhão de dólares para investimento) aumentaram sua riqueza total em 18%⁴.

Nesse cenário, continuamos a resistência em todo o mundo, ao mesmo tempo em que construímos propostas alternativas de sociedade, fundamentadas na autonomia e na autodeterminação das mulheres e dos povos.

a) O acaparamento da natureza⁵

Ao longo dos anos 2000, vivemos a expansão das relações de mercado a

2. A ecofeminista Ariel Salleh afirma que o capitalismo é construído sobre uma dívida social ao explorar os trabalhadores, uma dívida corporificada com as mulheres pelo trabalho reprodutivo não remunerado que realizam, uma dívida ecológica com camponeses e indígenas pela apropriação de suas terras e meios de vida. (Ariel Salleh: Rio+20 and the Green Economy: Technocrats, Meta-industrial, WSF and Occupy, March 31, 2012). “Capitalism is built on a social debt to exploited workers; an embodied debt to unpaid women for their reproductive labor; and an ecological debt to peasants and indigenes for appropriating their land and livelihood.” Disponível em inglês: <http://www.zcommunications.org/rio-20-and-the-green-economy-technocrats-meta-industrials-wsf-and-occupy-by-ariel-salleh>

3. A **acumulação por despossessão** é um conceito formulado pelo teórico marxista David Harvey que consiste no uso de métodos da acumulação primitiva para manter o sistema capitalista, mercantilizando âmbitos que até então o mercado não tinha acesso. Enquanto a acumulação primitiva supunha a implantação de um novo sistema que substituiu o feudalismo, a acumulação por despossessão tem por objetivo manter o sistema atual, repercutindo nos setores empobrecidos pela crise de sobre-acumulação do capital

4. Documento da II Conferencia Internacional: Visión política de los trabajadores sobre el desarrollo. Argentina, abril de 2013.

5. Acaparamento é uma forma de monopólio e controle privado dos territórios.

mais dimensões da vida humana. O processo permanente de cercamento das terras, que separa os e as trabalhadoras dos meios que garantem sua produção e sobrevivência, se ampliou. Como forma de controlar nossas vidas e criar dependência, o capital impõe a tecnologia dos transgênicos que, na prática, busca impedir aos seres humanos cultivar seu próprio alimento por meio da limitação da capacidade reprodutiva das sementes (transgênicos *terminator*, que produzem uma só vez) e da obrigação de pagar regalias às corporações transnacionais sobre as sementes, que por milênios são bens comuns da humanidade.

A natureza é tratada como um recurso inesgotável, utilizado na produção de mercadorias que alimenta o sobreconsumo de uma parte da população. Esse consumo é estimulado pela estratégia insana da obsolescência programada⁶, que tem como único objetivo manter a venda constante de produtos que logo param de funcionar ou se tornam ultrapassados pelas novas tecnologias.

A mercantilização da natureza se intensifica pela busca, por parte dos mercados financeiros especulativos, de ativos reais, como a terra, a água e os minerais. Essa é uma forma de manter a confiança no sistema e de sustentar o processo de acumulação. Foi isso que gerou as crises recentes do capitalismo, que se expressa nas dimensões ambiental, climática, econômica e política. A crise do preço dos alimentos em 2007-2008, por exemplo, foi provocada pela especulação financeira e o direcionamento de capitais voláteis para o investimento em terras, ações e na bolsa de mercados futuros. O acaparamento de terras se expandiu sobretudo na África, Ásia e América Latina para o monocultivo de alimentos ou de agrocombustíveis para exportação. As áreas urbanas passaram por um novo ciclo de especulação imobiliária, inclusive com a construção de grandes obras relacionadas a megaeventos. As companhias mineradoras ampliam as áreas de prospecção e mineração a céu aberto. Elas seguem provocando a contaminação da água, superexplorando o trabalho e estão no coração dos conflitos armados.

Esse processo de expansão do capital sobre os territórios demonstra a imbricação entre patriarcado e capitalismo. Nos locais onde as empresas aterrissam vemos tanto o incremento da prostituição e da violência contra as mulheres quanto a intensificação da sobrecarga de trabalho das mulheres para garantir a produção cotidiana da vida.

6. Obsolescência programada é uma estratégia que a empresa capitalista desenvolve de fabricar e distribuir um produto para consumo que logo se torna obsoleto ou não funcional, com o objetivo de forçar os e as consumidoras a comprar a nova geração do produto. Isso é muito comum com os produtos eletrônicos.

O novo discurso capitalista que hoje se traduz nas propostas da economia verde⁷ está inserido no mesmo modelo que mercantiliza nossas vidas, nossos corpos e nossos territórios. Esse modelo é androcêntrico e antropocêntrico, ou seja, centrado na figura do homem branco, heterossexual, de classe média. A perspectiva feminista sobre a necessidade de se construir um novo paradigma de sustentabilidade da vida amplia a visão sobre a sustentabilidade ambiental que, muitas vezes, não incorpora as relações humanas como parte dos conflitos e das relações de poder que devem ser alteradas.

A subordinação da natureza à lógica da exploração e do mercado encontra paralelo na subordinação das mulheres. Assim como a natureza, o tempo e o trabalho das mulheres são vistos como recursos inesgotáveis.

A partir da resistência dos movimentos sociais e de um diálogo cada vez mais forte entre feministas e ecologistas, os mecanismos de mercantilização e financeirização da natureza são denunciados como criadores de novas dívidas. Mais ainda: o ecofeminismo aponta para as dívidas legítimas que não são consideradas pelos Estados: a dívida pós-colonial dos países do Norte para com os países do Sul: uma dívida com as mulheres, por seu trabalho de manutenção da vida, uma dívida intergeracional, ligada aos impactos da acumulação capitalista, e uma dívida com a natureza, pela destruição e extração da energia para a manufatura.

A ideia de que existe uma modernização ecológica é um mito. Toda nova tecnologia introduzida na sociedade gera consequências, sejam elas conhecidas ou não. A exemplo disso podemos citar a nanotecnologia⁸, que está sendo cada vez mais utilizada no mundo, mas cujos impactos na saúde humana e na terra ainda são desconhecidos. A chamada “revolução verde”, que visava ampliar a produtividade das lavouras, é outro exemplo. Baseia-se na mecanização das lavouras, no uso de fertilizantes e pesticidas e na engenharia genética das sementes. A principal mudança foi a introdução do fertilizante à base de nitrogênio sintético, que precisa de petróleo para ser produzido. Isso

7. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), a Economia Verde consiste na melhoria do bem-estar humano e da igualdade social aliada à redução dos riscos ambientais – através da utilização pouco intensiva do carbono –, e ao uso consciente dos recursos naturais. Organizações e movimentos sociais tais como a Marcha Mundial das Mulheres se posicionam contra a Economia Verde, pois avaliamos que este projeto não questiona ou modifica a estrutura básica da economia capitalista global. Ao contrário, a Economia Verde representa uma “maquiagem verde” para essa nova fase do capitalismo, que transforma bens comuns (água, atmosfera, florestas, oceanos e seres vivos) em mercadorias. Fonte: <http://www.radarr.io20.org.br/>

8. Nanotecnologia é o estudo de manipulação da matéria a partir de uma escala atômica e molecular. É bastante usada para o desenvolvimento de materiais ou componentes, e está associada a diversas áreas de pesquisa e produção, como medicina, eletrônica, ciência da computação, física, química, biologia e engenharia. O princípio básico da nanotecnologia é a construção de estruturas e novos materiais a partir dos átomos (os tijolos básicos da natureza).

atrelou a agricultura à indústria do petróleo. O uso dessas tecnologias – que colocam altos custos na produção para a compra de máquinas e insumos – deu impulso ao modelo do agronegócio, com concentração de terras, monocultivo e especulação financeira. Associado a eles, está o prejuízo ambiental causado pelo desgaste do solo, contaminação da água e perda da diversidade biológica. Além disso, há impactos sociais provocados pelo deslocamento de comunidades camponesas e indígenas, que perdem acesso aos recursos que antes utilizavam, e pelas condições precárias de trabalho nos grandes latifúndios.

No Brasil, a mineração é realizada principalmente nos estados de Minas Gerais e no Pará. No Peru, cerca de 20% do território do país já está reservado para essa atividade. Além da expropriação dos bens naturais, essa atividade destrói também bens imateriais da população local, como sua cultura. Trata-se de uma forma de expropriação e violência que atinge sobretudo os territórios, os povos e comunidades tradicionais e as mulheres. As mulheres também são impactadas pela quebra de vizinhança nessas áreas, ocasionando uma ruptura das relações de solidariedade entre as mulheres daquela determinada região.

A energia é fundamental para o funcionamento da vida, e o capitalismo se apropria de todas as fontes de energia para extrair lucro. No Brasil, a cada dez habitantes das áreas atingidas por barragens, sete não possuem titularidade da terra, logo, não recebem qualquer indenização quando têm suas terras tomadas para a construção dessas barragens. No caso das mulheres, esta situação é ainda mais grave, pois elas não são consideradas como atingidas no momento da negociação e recebimento de indenização, uma vez que a titularidade da terra está em nome dos homens.

O corpo das mulheres é usado para amortecer os impactos do avanço do capital sobre os territórios. A construção de grandes obras gera um grande mercado da prostituição, há um aumento da violência e também da gravidez na adolescência – muitas dessas jovens se tornarão mães solteiras, uma vez que os trabalhadores saem das regiões quando as obras terminam.

b) A apropriação da renda e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores

Séculos de luta das e dos trabalhadores resultaram na conquista de direitos que impõem limites – ainda que insuficientes – à exploração do capital, como por exemplo: o direito ao descanso semanal e anual, o número de

horas de trabalho e licença em caso de doenças, direito à pensão remunerada, acesso a serviços públicos de educação, saúde, transporte, etc.

Mas hoje em dia, frente à “crise”, o sistema está operando um grande ajuste na relação entre o capital e o trabalho com o recorte de gastos públicos em todos os setores de prestação de serviços à população e com a imposição generalizada de um grau de precariedade para todas e todos. Antes a precariedade estava mais circunscrita aos países do Sul geopolítico (os mais pobres) ou a setores da população (mulheres e imigrantes, principalmente). O desemprego e a ameaça do desemprego são utilizados para que tais recortes aos direitos sejam aceitos sem muita resistência. E quando há resistência, as mesmas são ao mesmo tempo reprimidas e ocultadas.

A transferência de custos da produção capitalista às mulheres e ao trabalho reprodutivo que realizam é parte desse ajuste e acirra a divisão sexual do trabalho, que separa o trabalho dos homens e o das mulheres e define que o trabalho dos homens vale mais que o das mulheres. A divisão sexual do trabalho é uma das bases materiais mais visíveis do patriarcado. O trabalho dos homens é associado ao produtivo (ao que se vende no mercado) e o trabalho das mulheres ao reprodutivo (que inclui o cuidado dos demais, a preparação dos alimentos, a limpeza, etc.), que é realizado majoritariamente no espaço doméstico e pelas mulheres. As mulheres são gestoras da precariedade em suas casas. Assim, na maior parte dos casos, são elas que se ocupam de cuidar das pessoas quando o número de leitos nos hospitais é reduzido ou os hospitais fecham, quando os centros de educação infantil fecham ou não oferecem alimentação escolar.

O trabalho das mulheres é a variável de ajuste entre as lógicas e tempos contraditórios do mercado movido pelos lucros e do cuidado da vida humana. Em que pese a sobrecarga de trabalho e a disponibilidade permanente de inúmeras mulheres, há uma crise do cuidado e da forma como a sociedade responde às necessidades básicas das pessoas, de se alimentar, compartilhar afetos, se sentirem seguras⁹. A deslocalização da produção de mercadorias se combina a uma deslocalização do trabalho de cuidados com um enorme contingente de mulheres do sul e de áreas mais pobres migrando para o norte ou áreas mais ricas para cuidar das crianças, velhos e doentes, enquanto ninguém cuida delas. O mesmo acontece no interior dos países.

Em países em que a repressão à luta por direitos é ainda mais forte,

9. Amaia Pérez Orozco: Ameaça tormenta: a crise do cuidado e a reorganização do sistema econômico.

as condições de trabalho são ainda mais dramáticas, o que se evidencia em episódios como o incêndio e o desmoronamento das oficinas de costura em Dhaka, Bangladesh, em 24 de abril de 2013, que tirou a vida de 1.127 pessoas, em sua maioria mulheres.

c) O controle sobre o corpo e a vida das mulheres

O patriarcado combinado ao capitalismo não se apropria somente do trabalho das mulheres, mas também da própria origem da sua capacidade de trabalho, ou seja, dos seus corpos. Na formação do capitalismo, chamado de acumulação primitiva, a divisão sexual do trabalho foi instrumentalizada e se acentuou a divisão entre público e privado. Além disso, houve mudanças no controle da sexualidade, instituindo o casamento heterossexual e a maternidade como norma. Ao longo da história do capitalismo, vemos que às vezes a prostituição foi promovida, e outras vezes as mulheres na prostituição foram condenadas, assim como foram perseguidas as mulheres que tinham conhecimento sobre métodos contraceptivos¹⁰.

A economia de mercado da exploração do trabalho não remunerado das mulheres corresponde a uma sociedade de mercado que pressupõe a organização dos e das trabalhadoras em famílias nucleares. Podemos comprovar que nas últimas duas décadas houve um aumento contínuo do conservadorismo, que valoriza o papel das mulheres na família como forma de justificar sua sobrecarga de trabalho e sua responsabilidade frente ao corte das políticas públicas de apoio à reprodução social (em países onde elas existiam) ou para impedir a aprovação de tais políticas. Ao mesmo tempo, há uma crescente pressão para que as mulheres saiam do mercado de trabalho como forma de diminuir as taxas de desemprego. Entre os mecanismos utilizados estão a oferta dos salários mais baixos para as mulheres e a imposição do corte aos serviços públicos, que resultam tanto no maior desemprego de mulheres (que são a maioria no setor público) como em mais tarefas de cuidados assumidas por elas sem custos para o Estado ou para o setor privado.

O controle do corpo das mulheres é mais complexo hoje, quando imagens opostas do corpo coberto por uma burca ou do corpo nu podem ter o mesmo sentido opressor. É o “corpo para si” ou o corpo para o desejo do

10. Silvia Federici: Calibán y la bruja, Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Traficantes del sueño, 2011. Disponível em espanhol em: http://www.traficantes.net/index.php/content/download/24695/236104/file/Caliban_y_la_bruja.pdf

Globalização e divisão sexual do trabalho

O processo de globalização criou mais empregos para as mulheres, tanto nos países capitalistas desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Mas grande parte dos empregos gerados são vulneráveis e precários, o que contribui para acentuar a divisão sexual do trabalho e as desigualdades sociais, não apenas de gênero, mas também de classe e de raça. A privatização, a diminuição da proteção social e a redução de todos os serviços públicos têm como consequência a diminuição do trabalho decente para mulheres e homens e também a exploração crescente do trabalho gratuito das mulheres na esfera doméstica e familiar.

O trabalho doméstico e de cuidados é um elemento indispensável tanto para a reprodução humana quanto para o funcionamento da economia como um todo. Esse trabalho não pode ser medido de acordo com os mesmos critérios de eficiência que as atividades econômicas baseadas no mercado. Por outro lado, é um fator essencial na análise da economia nacional e global que é frequentemente excluído do mercado e mantido na invisibilidade pelas lógicas de crescimento e lucro.

No processo de globalização, verificamos o aumento da desigualdade entre homens e mulheres e entre classes e raças, ou seja, a desigualdade entre as próprias mulheres. Se por um lado observamos que há mais executivas e profissionais com diplomas de nível superior ocupando o mercado de trabalho, por outro, aumenta o número de mulheres assalariadas em setores tradicionalmente femininos: empregadas domésticas e diaristas, trabalhadoras da saúde (auxiliares e técnicas de enfermagem), da educação (principalmente professoras de escola maternal e de primeiro grau), prestadoras de serviços, tais como profissionais do cuidado (babás e acompanhantes), vendedoras e operadoras de caixa de supermercado. Isso significa que, para as mulheres que se tornam executivas de carreira ou ocupam postos de responsabilidade, a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional somente é possível porque há outras mulheres assegurando as tarefas domésticas e de cuidados com sua casa e família. ■

outro, geralmente o “outro” masculino? Ou quando o discurso feminista sobre a autonomia das mulheres – traduzido no lema histórico “meu corpo me pertence” – é cooptado pelo sistema e convertido em “meu corpo é meu negócio” (“my body is my business”), em uma clara transformação do corpo em coisa, em objeto que pode ser comercializado.

O exemplo paradigmático do controle do Estado e das religiões sobre o corpo das mulheres é a proibição do aborto. Nos países onde ele é proibido, milhares de mulheres morrem por ano em decorrência de abortos clandestinos. E essa é uma questão de classe, já que a gravidez, a prevenção e a maternidade custam caro. A clandestinidade afeta todas as mulheres, mas a insegurança e a criminalização afetam sobretudo as mulheres pobres e negras. Para as mulheres de classe média e alta, em sua maioria brancas, o aborto seguro às vezes é possível em clínicas clandestinas ou através do Citotec. Enquanto isso, as mulheres pobres, em sua maioria negras, são mais submetidas a métodos inseguros.

Além disso, o aumento da influência das instituições religiosas, sejam elas católicas, evangélicas ou islâmicas, na regulamentação da vida pública está produzindo a não aprovação ou o retrocesso nos direitos relacionados à autonomia das mulheres, à sua vida afetiva e reprodutiva. Ao mesmo tempo, em alguns países, graças à luta dos movimentos LGBT, legaliza-se o casamento entre casais do mesmo sexo, estabelecem-se direitos de adoção, de herança, etc., mas com enfrentamento de uma forte resistência dos setores conservadores que aumentam a agressividade contra lésbicas, gays e pessoas trans. Por exemplo, na França, os setores religiosos conservadores organizam várias manifestações contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e contra adoção por casais homossexuais. Mais recentemente, na Nigéria, foi apresentada uma lei condenando a homossexualidade como se fosse um crime.

Outra forma de controle ocorre por meio da imposição de padrões de beleza e da medicalização. A biomedicina constrói um projeto que determina que os corpos das mulheres podem ser manipulados e sofrer intervenções. Alguns exemplos são o grande número de episiotomias¹¹ realizadas no sistema de saúde brasileiro, sobretudo nas mulheres negras, e toda a construção

11. Episiotomia é uma incisão realizada entre a vagina e o ânus durante o processo de parto. Para alguns médicos, o procedimento ajuda a ampliar o canal de parto e prevenir que ocorra um rasgamento irregular durante a passagem do bebê. Entretanto, o procedimento é motivo de controvérsia mesmo entre especialistas. Parte dos médicos avalia que esta prática representa uma violência obstétrica, pois, na maioria dos casos, é desnecessária e pode causar danos irreversíveis à paciente, além de profunda dor e incômodo. Apesar das controvérsias, a episiotomia é um procedimento quase regulamentado atualmente.

social elaborada em torno à tensão pré-menstrual (TPM), que reforça o estereótipo de feminilidade. Já a menstruação é vista pelo mercado como um mal que tem que acabar e, para isso, estimula-se o uso permanente de hormônios.

A biomedicina e o mercado atuam juntos, customizando o corpo de cada mulher de maneira diferente nas distintas classes sociais. As empresas de cosméticos e farmacêuticas têm lucrado com a colonização dos corpos das mulheres e com a ideia patriarcal de que elas devem viver para agradar aos homens, submetendo-se a seus padrões de beleza e de feminilidade.

As mulheres brancas, consumidoras das novas tecnologias produzidas com rigor científico, submetem-se a plásticas em função da obrigação de estarem sempre jovens. Já as mulheres negras e mais pobres, apesar de também precisarem cumprir um padrão imposto, são consumidoras de produtos com baixo critério de pesquisa e submetidas às violências da medicalização. Mulheres acometidas de depressão, hipertensão e diabetes são altamente medicalizadas sem que lhes sejam apresentadas alternativas e sem uma reflexão aprofundada sobre a relação destas doenças com os padrões sociais.

d) A militarização, a criminalização e a violência

Em sua análise da fase imperialista do capital no começo do século XX, Rosa Luxemburgo aponta que o complexo industrial-militar é, em princípio, capaz de expansão infinita, já que é o próprio capital que controla o ritmo de sua produção por meio de ações legislativas ou pelos meios de comunicação, manipulando a chamada opinião pública¹². Passado um século de guerras que custaram tantas vidas e esforços de reconstrução, o capital em crise estrutural e com produção descendente é ainda mais inseparável de um aumento constante da indústria armamentista associada a uma expansão militarista.

As vendas da indústria de armas em 2011 foram de 410 bilhões de dólares, cerca de 60% dos quais foram para 44 empresas com sede nos Estados Unidos e 29% para 30 empresas com sede na Europa Ocidental. Frente a uma pequena redução nas vendas, as empresas já iniciam estratégias de deslocamento para a América Latina, Oriente Médio e Ásia e para adentrar o mercado de cibersegurança¹³. Ou seja, são desenvolvidas tecnologias de controle da sociedade com a ilusão de maior segurança. O militarismo não se reduz à sua dimensão econômica, mas se estende à imposição de valores

12. Rosa de Luxemburgo: *The Accumulation of Capital*. Londres, Routledge, 1963, p.466

13. http://www.sipri.org/research/armaments/production/researchissues/long-term_trends

Colonialismo, racismo e prostituição

Historicamente, os países capitalistas construíram suas fortunas invadindo os países mais pobres, colonizando-os e controlando-os através da escravidão. O estímulo ao racismo é um dos métodos que assegura a dominação do poder branco. O capitalismo está organizado com base na opressão das mulheres, no colonialismo e no racismo.

O racismo organiza sistemas econômicos e de governo que se sustentam na idéia ocidental da superioridade racial e cultural do que é branco e na inferioridade dos povos e culturas negras ou não-brancas. Ele é visível nas várias sociedades na quais povos negros foram escravizados, mas também na relação com povos originários indígenas nos vários continentes, na relação com os povos do mundo árabe, com palestinos, sarauís, ciganos, dalits, bem como nas sociedades dos países mais ricos do hemisfério norte na relação com migrantes latinos, asiáticos, africanos ou da Europa do Leste.

Da mesma forma que acontece com as relações de gênero, há uma ideologia construída para naturalizar a dominação racial. A ideologia do racismo, imbricada na formação das nossas sociedades, foi o que permitiu que o povo negro fosse explorado como escravos nas Américas e em vários países colonizados. A exploração do trabalho escravo foi a base material da colonização dos nossos países.

O racismo também se articula com outras dimensões de opressão e discriminação: as mulheres negras vivem o racismo e o machismo juntos em seu cotidiano, o que torna essa experiência diferente da experiência dos homens negros, assim como as mulheres negras que são lésbicas tem seu cotidiano marcado por discriminações de forma diferente das heterossexuais.

O colonialismo continuou convertendo as mulheres em mercadorias, utilizando o estupro e a prostituição como meios de colonizar seus corpos. Em vários países, para conter a resistência e expandir seu poderio, países mais ricos instalam bases militares e armas nucleares nos territórios, onde prostituem ou violam as mulheres, como na África, na Ásia ou nas Américas. O tráfico de mulheres continua crescendo, conforme se amplia a demanda. Homens que fazem turismo de negócios, ou que vão para as bases militares, ou em qualquer parte do mundo movimentam a indústria do sexo, buscando mulheres consideradas “exóticas” ou “dóceis” em bares, casas de massagem e outros locais de “entretenimento”. ■

militares a toda a sociedade, como a crença na hierarquia, obediência, resolução de conflitos pela força. Esses valores são claramente patriarcais e suas expressões mais agudas são a utilização da violência sexual ou o crescimento da prostituição, inclusive de crianças, associadas à presença militar.

O controle da sociedade também se manifesta pelo aumento da criminalização das lutas sociais, traduzido muitas vezes na distorção dos instrumentos que criamos em defesa da justiça, memória e respeito aos direitos. Exemplos disto são as reações dos militares de Guatemala em resposta ao julgamento do ditador Ríos Montt, responsável pelo genocídio e pela violência sexual contra o povo Ixil. Eles têm acusado ativistas históricas de “terroristas”, seja por vias judiciais, seja incitando parte da população contra elas, em um processo de negação da defesa dos direitos humanos.

Contra as mulheres, soma-se a violência patriarcal. Sabemos que a violência contra as mulheres é uma ferramenta de controle de nossas vidas e nossos corpos. Esta violência tem ganhado visibilidade no último período, sobretudo a violência sexual cometida no espaço público, e tem mobilizado a reação das mulheres e também os homens. Os últimos anos foram marcados por imagens da polícia egípcia arrastando uma ativista e pelo relato de estupro coletivo seguido de morte de uma jovem índia. Essas formas de violência extrema também são realidade no Brasil, como foi o caso das mulheres de Queimadas, na Paraíba, em 2012, cujo estupro coletivo foi oferecido como presente de aniversário. Ou o caso recente contra quatro adolescentes, torturadas, violentadas e jogadas de um penhasco em Castelo do Piauí.

Em geral, os grandes veículos de comunicação hegemônicos apresentam explicações culturalistas e com muito pouca reflexão sobre as causas estruturais desta violência. Nas poucas análises compartilhadas sobre o tema¹⁴, se fala de como a conquista das mulheres de maior espaço na vida pública com um enorme esforço pessoal e coletivo provoca uma reação da ordem patriarcal extremamente violenta. Apesar do desemprego das mulheres ser ainda maior que o dos homens na maior parte do mundo, as mulheres ainda são acusadas de “roubar” o emprego dos homens da mesma maneira como no início da revolução industrial.

As mulheres têm estado na vanguarda dos protestos e revoltas no Orien-

14. Vandana Shiva: The connection between global economic policy and violence against women. Disponível em inglês em: <http://www.forum.awid.org/forum12/2013/01/violent-economic-reforms-and-the-growing-violence-against-women/>

te Médio e no Norte da África. A ascensão de líderes fundamentalistas com novos programas patriarcais tem como objetivo reverter os ganhos obtidos pelo movimento de mulheres, especialmente em países onde os direitos das mulheres existiam há tempo suficiente, como na Tunísia. A experiência da 3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, em 2010, na República Democrática Congo demonstrou que, cada vez mais, as mulheres denunciam seus agressores. Elas não estão mais dispostas a serem tratadas como vítimas, e têm buscado, cada vez mais, afirmarem-se como protagonistas na luta contra as causas da violência. A atuação do exército de mulheres curdas, o YPJ, contra o Estado Islâmico na fronteira entre a Turquia, a Síria e o Iraque, é hoje o caso mais emblemático de resistência das mulheres, em defesa de seus territórios e de um projeto de coexistência pacífica entre diferentes povos.

e) Despolitização e controle da informação

A violenta ofensiva do sistema para reposicionar e aumentar sua acumulação se complementa com o esvaziamento dos espaços de negociação política. Tanto em espaços do Estado, como em organizações como a ONU, as grandes empresas tem muito mais influência do que a população. Não por acaso, são elas que financiam as campanhas eleitorais e também as conferências internacionais em que questões que afetam a população de todo o mundo são debatidas. Nas Nações Unidas, as empresas transnacionais impõem suas agendas e os termos de negociação, buscando legitimar suas estratégias de acumulação e suas falsas soluções, como acontecem nas negociações sobre mudanças climáticas, que como resultado, têm inserido a natureza no mercado financeiro.

Enquanto o capitalismo individualiza e fragmenta, as religiões são apresentadas como capazes de criar solidariedade. Com esta retórica, as instituições religiosas também se legitimam como instituições supostamente democráticas, impondo suas visões particularizadas a todas as pessoas, como é o caso dos setores de diferentes religiões que impõem a criminalização do aborto a inúmeros Estados, ou governos de caráter islâmico que propõem a sharia (a lei islâmica) como base para Constituições de Estados.

Mais uma vez, algumas demandas das mulheres são utilizadas e distorcidas pelos que detêm o poder para promover uma agenda contrária às reivindicações feministas, o que enfraquece nossas estratégias. Por exemplo, o discurso em torno da conciliação entre trabalho e cuidado da família é diri-

gado especialmente às mulheres e é utilizado para que suas horas de trabalho remunerado sejam reduzidas e, ao mesmo tempo, promove retrocessos na nossa luta pela superação da divisão sexual do trabalho.

Nem tudo que se faz em nome dos direitos das mulheres é anti-patriarcal. Mesmo em organizações da sociedade civil são recorrentes ações que compactuam com o machismo e o racismo. Por exemplo, em campanhas de comunicação que reforçam a coisificação dos corpos das mulheres ou que em nome dos direitos das mulheres promovem o racismo; ou homenagens a mulheres conservadoras como Margaret Thatcher, conhecida como neoliberal e fascista; ou a atuação de fundações privadas, como a Fundação Bill Gates e outros similares, reconhecidos por financiar atividades anti-sindicalistas.

A ofensiva do sistema conta ainda com o reforço dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e jornais de grande circulação), controlados atualmente por cinco conglomerados mundiais ou, em nível nacional, por algumas famílias. Por meio do controle do que e como se divulga e o que se mantém oculto, os mesmos cumprem um papel decisivo na formação da opinião pública, até mesmo a aceitação de e ideias e valores conservadores ou de políticas de repressão, por exemplo, a criminalização dos movimentos sociais. Neste cenário, são reprimidos os que tentam disputar as ideias (através das rádios comunitárias ou *blogs*) e há cada vez mais iniciativas de controle sobre a infraestrutura e os fluxos de informação no espaço da Internet (dos correios eletrônicos às redes sociais).

CONTRA A GLOBALIZAÇÃO DO CAPITAL, UMA REVOLUÇÃO FEMINISTA!

Essa análise sobre o contexto, articulando questões tão diversas quanto complexas, é uma construção que fazemos desde o âmbito local até o internacional. O olhar feminista sobre a conjuntura nos fortalece na medida em que nos apoia na definição das nossas agendas de luta, nas resistências e também na construção no nosso projeto de sociedade.

A partir do feminismo, defendemos a sustentabilidade da vida humana como fio condutor de um novo paradigma, que deve se basear em uma relação dinâmica e harmônica entre a humanidade e a natureza e entre os seres humanos. Para isso, são indispensáveis mudanças reais no modo de produção e reprodução e nos padrões de consumo. É preciso ressignificar e ampliar o



Intervenção urbana deixa as marcas da luta feminista pelos muros da cidade

Palavras de ordens expressam a resistência feminista



conceito de trabalho, reconhecer o trabalho cotidiano das mulheres e estabelecer outro equilíbrio entre as tarefas de produção e reprodução, onde estas últimas sejam compartilhadas também com os homens e com o Estado.

Ao mesmo tempo, afirmamos o direito à autonomia sobre nossos corpos e nossa sexualidade, o direito de separar a sexualidade da maternidade e a decidir sobre se queremos ser mães e quando. Reafirmamos nossa visão de que a sexualidade é construída socialmente e somos sujeitos ativos no rechaço à heteronormatividade¹⁵ e na defesa do livre exercício da sexualidade sem coerção, estereótipos e relações de poder.

Em nosso cotidiano, nós mulheres criamos alternativas concretas à economia dominante. Com nosso trabalho e conhecimento histórico, desenvolvemos em distintas partes do mundo um grande número de experiências alternativas de gestão da vida, como a agroecologia e a economia solidária. Afirmamos que a soberania alimentar é estratégica para a transformação da sociedade, porque orienta outra forma de organização da produção, distribuição e consumo de alimentos, em oposição à lógica capitalista do agronegócio.

Reivindicamos uma profunda democratização do Estado. Isso implica romper com os privilégios da classe dominante, gerar ações de despatriarcalização¹⁶, e garantir o sentido público do Estado, com ações emancipatórias construídas com base na soberania e na participação popular. Isso implica, também, um papel ativo dos Estados no âmbito internacional, que promova políticas de integração entre os povos, que se baseiem nos princípios de solidariedade, reciprocidade e redistribuição, em oposição à lógica imperialista e colonialista da exploração.

Nossa defesa da desmilitarização articula essas dimensões e questiona o papel da elite do poder econômico nas intervenções militares realizadas pelos Estados, que em todo mundo resultam no controle de territórios com riquezas naturais. Desde o ano 2000, temos atuado pela paz e pela desmilitarização, comprometida com as mulheres em zonas de conflito em todo o mundo, incluindo na região dos Grandes Lagos Africanos. Na Carta Mundial

15. Termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, credos ou políticas. Esse conceito parte da crítica à imposição da heterossexualidade obrigatória como norma na sociedade até questionar a identidade de gênero e os papéis sexuais de forma binária entre macho e fêmea.

16. Proposta das feministas bolivianas nos marcos do governo popular de Evo Morales para a transformação das estruturas, práticas cotidianas e discursos que perpetuam e reproduzem as relações de poder que subordinam às mulheres.

das Mulheres para a Humanidade, colocamos a paz como valor fundamental.

A ação feminista é uma resposta essencial para essas guerras e para a militarização e assume diferentes formas. Há ações para incluir as mulheres no processo de paz ou contra a impunidade dos Estados ou grupos que usam o estupro como arma de guerra. Há ainda as ações de desobediência civil para dizer não a ataques e construir pontes entre fronteiras. Nossa força reside na auto-organização das mulheres e na solidariedade como princípio.

Lutamos também pelo direito à comunicação e a democratização dos meios de comunicação, que passa por garantir a liberdade dos fluxos de informação, a infraestrutura das comunicações e da internet, por tanto, combatendo a lógica mercantil da propriedade intelectual.

Nós mulheres estamos liderando resistências pacíficas contra as companhias mineradoras em diferentes territórios do mundo, enfrentando a polícia em manifestações e ataques constantes diante da nossa organização e denúncia. Também estamos construindo e visibilizando formas cotidianas de resistência, propondo mudanças constitucionais e contribuindo aos processos de paz. Estamos desenvolvendo nossos próprios meios de comunicação – incluindo os considerados não convencionais, como as “batucadas” e o teatro do oprimido - e construindo conteúdos e informações sobre a realidade¹⁷.

Nossa luta feminista é por outro modelo que garanta o direito das mulheres a uma vida livre e sem violência, gere justiça social e igualdade entre mulheres e homens, incentive a solidariedade entre as pessoas e que seja sustentável. Por isso entendemos que as alianças das mulheres com outros movimentos sociais são essenciais para fortalecer nossa resistência e avançar para a superação de uma só vez do patriarcado e do capitalismo.

17. O debate sobre comunicação feito no âmbito do Comitê Internacional da MMM em 2011 está disponível em espanhol: <http://www.marchemondiale.org/structure/8rencontre/communication/es>

Frete à visão dominante de que hoje não existe mais espaço para mudanças estruturais, e diferente de agendas feministas que encerram as reivindicações nos marcos do atual sistema, nos desafiamos a construir nosso projeto de sociedade, baseado nos valores da igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e na paz. Apresentamos aqui alternativas construídas a partir do feminismo e em diálogo com os processos de luta de movimentos sociais com os quais construímos alianças. Sabemos que um novo modelo não irá florescer a partir de livros ou teorias, mas sim a partir das práticas, da construção desde a base e do enfrentamento às contradições encontradas pelo caminho. Por isso, começamos este capítulo recuperando reflexões feministas sobre a construção do socialismo em Cuba¹ e as colocando em diálogo com a perspectiva da sustentabilidade da vida, referência de nossa luta anti-capitalista.

DESAFIOS FEMINISTAS NA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

“*Sem feminismo não há socialismo*” é o lema que sintetiza o desafio da época atual para a emancipação latino-americana. Não é apenas um slogan para a mobilização, é uma exigência teórica e prática para encontrar respostas reais às perguntas colocadas nas experiências socialistas: Como tornar justo e humano o processo de produção e reprodução da vida? Como construir

1. A parte inicial de texto é uma tradução da contribuição de Georgina Alfonso González, de Cuba, para o 9º Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, realizado entre 25 e 31 de agosto de 2013. Desafios del Feminismo Socialista en la Cuba actual, disponível online em castelhano em: <http://www.marchemondiale.org/structure/9rencontre/texts/feminismo-cuba/es>

poderes compartilhados que enfrentem a exclusão, a corrupção, a discriminação e o autoritarismo? Quais são as formas mais efetivas de democracia participativa e com protagonismo que permitam tempos e lugares de felicidade e prazer para mulheres e homens? Que projeto socialista nos convoca a cuidar e proteger a vida coletivamente?

Para responder a esses desafios, é preciso superar as contradições entre produção e reprodução, entre autonomia e hegemonia política na relação entre movimentos e partidos, entre os espaços públicos e privados, entre sexualidade e controle do corpo, entre a vida cotidiana e a sociedade futura.

Colocar o pensamento a serviço da vida real de mulheres e homens, sem exclusões, é o que legitima uma teoria revolucionária. Isso significa pensar para transformar e transformar para pensar. Perguntar se caminhamos para uma recolonização imperialista ou em direção a novos modelos sociais que afirmem a possibilidade histórica de uma vida mais humana para todas e todos.

O chamado socialismo real, em seu desenvolvimento político e ideológico, subestimou o pensamento crítico e transformador feminista e o identificou como uma “teoria burguesa”. A coerência teórica e prática entre o socialismo e o feminismo não escapa a tensões e limitações históricas, não está isenta de burocratização, institucionalização, ideologização ou fetichização.

A coerência e o caráter emancipador do socialismo e do feminismo como teoria e práxis libertadora não depende de uma validação acadêmica de seus postulados, mas sim de sua apropriação pelas forças sociais transformadoras para assumi-los e desenvolvê-lo na resistência e na luta cotidiana. Situar o socialismo onde ele se realiza é mudar a noção de socialismo como projeto discursivo para um projeto prático-teórico possível.

Em busca de um paradigma alternativo de vida em comunidade solidária, igualitária e digna é preciso construir respostas para diferentes perguntas: Como organizar a economia em função da vida cotidiana? Quais são as formas eficazes de construir a autonomia e o empoderamento das mulheres sem sobrecarga doméstica? Como definir a heterogeneidade feminina sem prejudicar a unidade sócio-política nas práticas concretas? Por que não se incorpora a subjetividade das mulheres aos discursos ideológicos do socialismo possível?

A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS NA LUTA

Na Marcha Mundial das Mulheres, a partir de nossa experiência concreta de resistência nos territórios, buscamos construir alternativas feministas

que confrontem as estruturas de opressão e, ao mesmo tempo, respondam às necessidades cotidianas das pessoas. Ao lidar com as questões do presente, colocamos no horizonte o ideal de sociedade na qual queremos viver.

Nesse processo, afirmamos o conceito de sustentabilidade da vida humana como eixo condutor da utopia feminista, bem como os valores da igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. E, simultaneamente, reafirmamos as lutas históricas das mulheres: por salários iguais, autonomia, acesso ao trabalho e meios de produção, pela reorganização e divisão do trabalho doméstico e de cuidados, pelo direito de mover-se, pela reforma do sistema político, pela despatriarcalização do Estado e por um mundo livre da violência.

A SUSTENTABILIDADE DA VIDA – UMA APOSTA POLÍTICA

A sustentabilidade da vida é um conceito que, mais do que apontar a importância da esfera da reprodução para o processo de produção de mercadorias, é capaz de deslocar o centro da análise econômica dos mercados para as pessoas. Essa proposta substitui a lógica da produção de lucros pela lógica do cuidado da vida e da satisfação das necessidades humanas como objetivo da organização econômica e social.

Além disso, é também uma aposta política capaz de analisar e visibilizar os processos de produção do viver, mais do que seus resultados sociais e econômicos. Esta perspectiva nos permite ampliar o olhar sobre a complexidade das relações entre homens e mulheres e as formas como a opressão se reproduz e se reinventa. Ao mesmo tempo, ao recuperar a experiência histórica das mulheres na produção do viver, seja no cuidado das pessoas, seja na relação harmoniosa com a natureza, recoloca no horizonte a possibilidade de uma reorganização da sociedade centrada na satisfação das necessidades de homens e mulheres, o que pressupõe relações de igualdade, liberdade e autonomia.

Não se trata de estabelecer um discurso de sobrevivência, mas de ampliar a análise para um processo que signifique desenvolver condições e qualidade de vida aceitáveis para toda a população¹ explicitando o conjunto das atividades econômicas como processos sociais interdependentes. Na experiência das mulheres, trabalho e vida estão profundamente interligados, uma vez

1. BOSCH, Anna. *Mujeres que alimentan la vida*. Selección de textos (1996-2008). Barcelona Icaria, Barcelona, 2010

que é por meio do trabalho que são criadas as condições adequadas para o desenvolvimento da vida.

Essa mudança de perspectiva tem como objetivo analisar as formas como cada sociedade resolve seus problemas de sustentação da vida, a partir da compreensão dos processos que garantem a produção do viver como algo inerentemente social. Desta forma, as relações sociais, como relações dinâmicas de poder e conflito, adquirem relevância na análise. A economia deixa de ser um conjunto de números externos a nossa experiência cotidiana para ser parte das relações sociais e da vida das pessoas.

Refletir sobre a sustentabilidade da vida implica olhar para as necessidades que precisam ser satisfeitas para garantir as condições de uma vida digna. Mas não são apenas as necessidades determinadas biologicamente. Os mercados são agentes ativos na criação de necessidades, já que o processo produtivo cria novas necessidades humanas. Assim, as pessoas trabalham cada vez mais para ter maior rendimento e ampliar sua capacidade de consumo. Neste modelo, as necessidades que não são satisfeitas pelo consumo no mercado e predominam nas esferas domésticas e comunitárias se tornam invisíveis, assim como o trabalho necessário para sua satisfação. Esta proposta revela que o sistema capitalista é incapaz de resolver as tensões que emergem na vida cotidiana, no processo de inter-relação entre a produção e circulação de mercadorias, produção das condições de vida e subsistência da população e a utilização e esgotamento da natureza. Ao contrário do que o pensamento dominante insiste em afirmar, essas esferas estão estreitamente interligadas, com diferentes graus de dependência entre elas. Dessa maneira, quando olhamos para a sociedade tendo como perspectiva a sustentabilidade da vida humana, fica explícito o conflito entre a lógica do mercado e a lógica da vida e, ainda, o conflito de interesses entre a participação diferenciada e desigual de homens e mulheres nos espaços organizados por cada uma destas lógicas. Mas há outras lógicas que coexistem com o sistema capitalista e se baseiam na reciprocidade e na redistribuição, como por exemplo os processos da economia solidária, da agroecologia e da soberania alimentar. É importante articular os diferentes elos que sustentam o atual sistema tanto para revelar sua insustentabilidade, quanto para a elaboração de propostas transformadoras.

A perspectiva da sustentabilidade da vida possibilitou estabelecer pontos de encontro com o ecofeminismo, ampliando o questionamento ao atual modelo de (re)produção e consumo, em diálogo com a crítica e resistência à

expansão da mercantilização sobre a vida. Isso significa compreender o papel estratégico das lutas e práticas das mulheres na construção de outro modelo que não esteja baseado no crescimento ilimitado.

Anna Bosch sintetiza o sentido político dessa perspectiva, ao dizer que o questionamento ao paradigma patriarcal que desvaloriza e instrumentaliza a base material da vida, negando seu valor humano, permite romper o constrangimento mental e recuperar a liberdade de pensar o impensável. Ela segue afirmando que, “percorrendo os caminhos abertos por esta liberdade, estamos em condições de detectar experiências materiais que, formando parte da vida cotidiana, têm capacidade transformadora”².

As lutas por soberania alimentar, as práticas de resistência da agroecologia, historicamente conduzidas por mulheres, a politização da relação com o corpo pelo feminismo como construção da autonomia das mulheres, e a centralidade do cuidado com a vida e a natureza produzem convergências políticas capazes de construir outro paradigma de sustentabilidade da vida, baseado na igualdade.

AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES: RECONHECER E COMPARTILHAR O TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Autonomia econômica das mulheres se refere à capacidade destas de serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo. Nesse sentido, autonomia econômica é mais que autonomia financeira, já que também inclui o acesso à previdência e a serviços públicos.

O salário não é a única fonte de autonomia das mulheres; ela depende também da formação, do acesso aos bens comuns, como a água, terra, sementes e energia, ao crédito, à economia solidária e aos serviços públicos. Desde pequenas as mulheres dedicam uma grande parte de seu tempo para a satisfação das necessidades da sociedade, dos membros de suas famílias e de suas comunidades: produzimos riqueza não monetária que redistribuímos diretamente, sem passar pelo sistema financeiro formal.

Em quase todo o mundo as mulheres são as principais responsáveis pelo chamado trabalho reprodutivo: de cuidado dos filhos, da casa, dos maridos, dos doentes e idosos. Em sua busca por autonomia econômica, as mulheres

2. Idem

sempre têm que administrar o tempo e a disponibilidade para o trabalho de cuidado e para o trabalho remunerado. Por isso, muitas vezes se vêem limitadas a empregos de jornada parcial ou trabalhos informais que lhes permitem administrar as tarefas de cuidado, como gerenciar a casa, ir buscar as crianças na escola, levar parentes ao médico etc

Na Marcha compreendemos que a autonomia econômica para todas as mulheres nunca será possível dentro do sistema capitalista, cuja verdadeira razão de ser se baseia na exploração das pessoas e da natureza. O capitalismo nos faz acreditar que todo o trabalho doméstico e de cuidados que realizamos gratuitamente em casa é apenas uma ajuda e uma responsabilidade exclusiva das mulheres. Assim, naturaliza a divisão sexual do trabalho. Ao invisibilizar nosso trabalho, o capitalismo esconde que depende dele para se reproduzir, uma vez que a produção do viver tem como base o trabalho doméstico e de cuidados.

Na esfera pública, muitas vezes as mulheres continuam na função dos cuidados, trabalhando como enfermeiras ou professoras. Estas funções também são desvalorizadas socialmente e em relação à remuneração. Em momentos de crise econômica, as políticas de ajuste sobrecarregam ainda mais as mulheres com retirada de direitos, diminuição de postos de trabalho e precarização.

A produção de riqueza dos países é mais que o mundo do trabalho remunerado, mas só este é valorizado pela sociedade. Para que todas as mulheres tenham autonomia econômica, é preciso construir uma sociedade na qual o trabalho - em todas suas formas - seja reconhecido e valorizado. E, no caso do trabalho de reprodução social, também compartilhado com os homens, a comunidade e o Estado, por meio de políticas públicas, como serviços de saúde, de cuidados de idosos, e de educação pública, gratuita e em tempo integral, desde as creches e a educação infantil.

A reivindicação por creches públicas como direito é central para o feminismo, pois são as mulheres que são obrigadas a deixar seus empregos ou a buscarem trabalhos de menor jornada e com menos direitos, para terem tempo de cuidar das crianças. Assim, esses equipamentos garantem tanto o direito das crianças à educação quanto o direito das mulheres à autonomia econômica. Esse entendimento de dois sujeitos de direito implica em defender a universalização do atendimento mas também o funcionamento em horários que atendam às necessidades das trabalhadoras, incluindo o

período noturno, pois muitas conciliam o trabalho com os estudos. A luta por creche pública agrega quatro dimensões complementares: a garantia dos direitos da criança, a autonomia das mulheres, a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade para todos os níveis de ensino e a garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras em educação.

No caso das mulheres rurais, muitas atividades, como o cultivo de hortas e criação de pequenos animais, são consideradas uma extensão do trabalho doméstico. No Brasil, a Constituição de 1988 incluiu a igualdade de direitos previdenciários para as trabalhadoras e trabalhadores rurais. No entanto, esses direitos não foram prontamente garantidos e efetivados. Essa vem sendo uma pauta importante para a mobilização das mulheres no campo, como é o caso da Marcha das Margaridas, que tem reunido milhares de manifestantes em Brasília e que também reivindicou maior acesso a programas de crédito agrícola e apoio à produção, assistência técnica para comercialização dos alimentos produzidos, intercâmbio de sementes crioulas e direito à água.

A luta por autonomia econômica envolve também a luta por salário igual para trabalho igual, no campo ou na cidade. As mulheres recebem sistematicamente menos que seus colegas homens pelo mesmo trabalho, mesmo tendo em média dois anos a mais de estudo que eles. Seus salários ainda são considerados complementares aos salários dos homens, fruto da ideia de que todas as famílias seguem o modelo de homem provedor. Esta ideia de família, além de patriarcal e heteronormativa, não corresponde à realidade. Tanto homens como mulheres se vêem obrigados a competir entre si por trabalhos precários no sistema neoliberal permitindo, desta forma, a redução dos salários e das condições de trabalho em geral e em nível internacional. As ações e propostas feministas têm como objetivos a reorganização do trabalho doméstico, a distribuição das riquezas, o direito de todas e todos ao emprego, a condições de produzir e de comercializar com dignidade, a possibilidades de crescimento pessoal, e também o direito ao tempo livre, para o lazer, o ócio ou a participação política e cultural. Por isso, reivindicar autonomia econômica significa também lutar pelo reconhecimento dos direitos do trabalho associado, a economia solidária, a redução da jornada de trabalho, a reforma agrária e o direito de acesso à terra, à licença maternidade, ao crédito, à participação política, à seguridade social, à previdência, à saúde e à educação públicas.

MULHERES TRANSFORMANDO A ECONOMIA: A ECONOMIA FEMINISTA E SOLIDÁRIA

A economia solidária busca responder às necessidades materiais e afetivas das pessoas baseando-se na autogestão e na reciprocidade. Como movimento político e práticas concretas, a economia solidária se baseia no princípio de que o ser humano – não o lucro – deve ser o elemento mais importante da atividade econômica, contrapondo-se assim à economia capitalista. Orienta-se pela cooperação entre pessoas, grupos e redes, pela autogestão, pela democracia e pela solidariedade. A economia solidária é vista como uma forma de resistência à economia capitalista, pois mostra que há outras formas de organizar o trabalho, a distribuição e o consumo.

A economia solidária não é uma proposta nova. Suas origens estão nas experiências de sindicalistas e socialistas utópicos do século XIX que organizavam trabalhadores desempregados e subempregados em cooperativas. Naquela época, as mulheres se organizaram sobretudo em cooperativas de consumo e protagonizaram lutas radicais contra o aumento do preço de alimentos. Na América Latina, e no Brasil em particular, a economia solidária tornou-se uma forma de resistência no auge da implementação das políticas neoliberais dos anos 1990, marcada por políticas de ajuste estrutural, modernização tecnológica, liberação das importações, privatizações, diminuição de investimento público nas políticas sociais, e, em conseqüência, desemprego estrutural.

Para as mulheres, a economia solidária representa um modo de organização coletiva, que em muitos casos se integra a outras formas de organização e permite a geração de renda a partir de seus próprios saberes – seja na confecção de roupas, cultivo e produção de alimentos, ou no artesanato. Um grande número de experiências de economia solidária é animada por mulheres ou destinada a elas. As mulheres avaliam sua participação em grupos de economia solidária não apenas do ponto de vista da remuneração econômica. Elas valorizam o aprendizado, a convivência, a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica ou a saúde reprodutiva. Em geral, as mulheres se sentem mais fortes, valorizadas, com maior auto-estima por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir de pouco.

Na combinação entre análise e prática, a economia feminista traz para o debate da economia solidária a discussão sobre a invisibilidade do trabalho

Mostra de economia solidária e feminista

Outra economia acontece fora da lógica capitalista de organização do trabalho e da riqueza. Dar visibilidade às mulheres e a seus grupos como produtoras e atoras econômicas é o sentido das mostras de economia solidária. A economia solidária é uma estratégia importante no processo de construção de forças para uma transição entre o atual modelo econômico e o que propomos para uma sociedade baseada na igualdade e na justiça.

Os grupos produtivos de mulheres impressionam pela diversidade de produtos que elaboram e por promover o regaste de culturas alimentares, artesanato e técnicas de costura que implicam em grande criatividade, utilização de materiais locais ou reciclados.

As mostras provocam os grupos a refletir sobre como organizar a produção em sintonia com as possibilidades de comercialização e os fortalecem para demandar espaços permanentes de comercialização, que é um dos principais desafios para a sustentabilidade dos grupos de mulheres na economia solidária.

As mostras são também um momento de aprendizado para as mulheres, que precisam planejar e se organizar sobre qual produto trazer, como calcular o preço, ouvir a opinião das compradoras etc. Durante as mostras acontecem oficinas e espaços de debates que implicam numa organização dos tempos e do trabalho das participantes para que todas vivenciem diferentes momentos. No 9º Encontro Internacional da MMM, esse foi um princípio orientador e, por essa razão, a comercialização de produtos durante a mostra ocorreu prioritariamente nos momentos livres, nos quais não havia debates. ■

doméstico e de cuidados dentro do capitalismo e mostra que este deve ser considerado como uma dimensão econômica fundamental do desenvolvimento da sociedade. Também entre as pessoas que participam da economia solidária, o trabalho doméstico e de cuidados recai sobre as mulheres. A consequência é sua sobrecarga e uma dinâmica que as leva a produzirem no tempo que sobra. Isso dificulta a organização planejada e o cumprimento de metas de produção, pois esta é sistematicamente interrompida pelas atividades reprodutivas.

Além de disseminar esse debate no interior da economia solidária, nos grupos e fóruns, as mulheres também estão lutando por políticas públicas que levem em conta as particularidades de seus empreendimentos e que ofereçam investimentos e qualificação técnica quanto ao acesso aos meios de produção, gestão e comercialização. Ao mesmo tempo, lutam por políticas de socialização dos cuidados, como creches, restaurantes e lavanderias populares. Tanto a economia solidária como a economia feminista levantam a disputa, no capitalismo, por outro modelo de desenvolvimento e um novo paradigma de sustentabilidade da vida.

SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: ESTRATÉGIAS DAS MULHERES PARA TRANSFORMAR O MODELO DE (RE)PRODUÇÃO E CONSUMO

“A soberania alimentar é o direito dos povos a uma alimentação saudável e culturalmente apropriada, ecologicamente produzida e com métodos sustentáveis e seu direito a definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. As aspirações e necessidades de aqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos estão no centro dos sistemas e políticas alimentares mais do que as demandas dos mercados e das corporações.” (Declaração de Nyéléni, fevereiro de 2007).

O conceito de soberania alimentar abarca toda a complexidade do circuito de produção de alimentos, considerando temas como a saúde, o meio ambiente e os aspectos culturais e tradicionais de produção, distribuição e consumo. Assim, inclui a luta pelos meios de produção tanto para o cultivo – terra, água, sementes – quanto para o pastoreio, a pesca e atividades extrativistas.

A soberania alimentar como princípio foi proposta pela Via Campesina a partir de 1996, para se contrapor às políticas neoliberais que protegem o interesse de grandes empresas que atuam na agricultura industrializada e que tratam a alimentação como uma mercadoria e não um direito. As empresas transnacionais, como Monsanto, Bayer e Syngenta alteram as sementes geneticamente para impedir que elas possam ser reproduzidas livremente. Criam pacotes de financiamento para a venda de sementes e de agrotóxicos destinados a “aumentar a produtividade”, sem se importar com o impacto destes sobre a saúde de quem consome os alimentos, gerando dependência de quem produz e homogeneizando o que se produz, como se produz e como se come.

Ao defender a autonomia local, a soberania alimentar contribui também com propostas de novas formas de circulação e de distribuição de alimentos por meio de circuitos que aproximem produtores e consumidores, diminuindo assim as intermediações entre estes e reforçando suas alianças.

As mulheres historicamente criam conhecimentos na agricultura e na alimentação e continuam a produzir até 80% dos alimentos nos países mais pobres. Elas são as guardiãs da biodiversidade e das sementes. Porém, seus conhecimentos são invisibilizados e desvalorizados pela expansão da lógica capitalista de mercado na agricultura e pelas relações patriarcais. O princípio de soberania alimentar resgata a experiência das mulheres e reconhece cada vez mais sua contribuição na produção de alimentos, desde a agricultura até o preparo de refeições em sua família ou nas cantinas escolares e outras instalações comunitárias. Prevê igualmente a necessidade de redistribuição de terras, meios e condições de produção igualmente entre mulheres e homens.

A proposta da soberania alimentar é complementada pela da agroecologia, um conjunto de práticas agrícolas sustentáveis que articulam a atenção ao meio ambiente, aos problemas sociais e que coloca ênfase não apenas sobre a produção, mas também sobre a viabilidade ecológica do sistema de produção. A agroecologia se apóia em saberes tradicionais de produção dos alimentos, em geral preservados e exercidos pelas mulheres, assim como na preservação das sementes criolas. A agroecologia é um modo de produção, mas também é um movimento político contra-hegemônico que tem propiciado espaços de participação e reconhecimento das mulheres e, portanto, de fortalecimento delas como lideranças políticas e de ampliação de sua autonomia.

Ter soberania alimentar implica mudar não apenas o modelo de produção de alimentos, mas também o de consumo, que inclui as tarefas básicas de reprodução biológica e social, ou seja, as tarefas domésticas, comunitárias e de cuidado.

A transição para a soberania alimentar não pode se basear no aumento do trabalho das mulheres. Em todo o mundo, seja no campo ou na cidade, as mulheres e as meninas têm jornadas mais extensas de trabalho do que os homens, quando se considera a quantidade de horas gastas por elas no trabalho remunerado e no trabalho doméstico. Elas são as primeiras a despertar e as últimas a ir dormir. Para que a soberania alimentar se torne uma realidade, é necessário dar um passo adiante no reconhecimento da necessidade de redistribuir o trabalho realizado pelas mulheres em cuidar de toda a família – incluindo a preparação de alimentos - entre todos que vivem juntos.

Para as mulheres, ter soberania alimentar implica também ter tempo para preparar a comida, comer, compartilhar e dedicar a si mesmas, para o estudo, a participação na política, o lazer ou para desenvolver a criatividade. Para ter mais tempo, não precisamos nem de fast-food nem de enlatados, mas de outras políticas públicas de apoio à reprodução, como creches, alimentação escolar, restaurantes e lavanderias populares, além de dividir o trabalho entre todas e todos.

POR UMA VIDA LIVRE DE VIOLÊNCIA SEXISTA

A violência contra as mulheres é estrutural e é inerente aos sistemas patriarcal e capitalista. Ela é utilizada usada como uma ferramenta de controle da vida, corpo e sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, instituições patriarcais e Estados. Apesar de afetar às mulheres como grupo social, cada violência tem um contexto específico e é preciso compreender como, quando e por que ocorre a violência contra as mulheres.

A idéia geral sobre a violência contra as mulheres é a de que se trata de uma situação extrema ou localizada, que envolve pessoas individualmente. Mas ela toca a todas as mulheres, pois todas já tivemos medo, mudamos nosso comportamento, limitamos nossas opções pela ameaça da violência. Outra idéia é que a violência contra as mulheres é apenas um problema das classes baixas e das culturas “bárbaras”. No entanto, sabe-se que esse tipo de violência é transversal e atravessa todas as classes sociais e diferentes culturas, religiões e situações geopolíticas.

Apesar de ser mais comum na esfera privada, como violência doméstica – seja esta sexual, física, psicológica ou abuso sexual – a violência contra as mulheres e meninas ocorre também na esfera pública, e inclui: o feminicídio, o assédio sexual e físico no lugar de trabalho, estupro, a mercantilização do corpo das mulheres, o tráfico de mulheres e meninas, a prostituição e a pornografia, a escravidão, esterilização forçada, a lesbofobia, a negação do aborto seguro, a negligência no atendimento em decorrência de um aborto, a violência obstétrica e a restrição das opções reprodutivas para autodeterminação, etc. O silêncio, a discriminação, a impunidade, a dependência econômica e emocional das mulheres em relação aos homens bem como justificações teóricas e psicológicas toleram e agravam a violência contra elas.

A violência, a ameaça ou o medo da violência são utilizados para excluir as mulheres do espaço público. As mulheres pagam com suas vidas por trabalhar na esfera pública em lugar de ficar em casa como impõe a cultura patriarcal, ir à escola ou à universidade, “atrever-se” a viver sua sexualidade abertamente ou por se prostituir como falta de opção. Em um contexto de criminalização dos movimentos sociais, a repressão de mulheres ativistas envolvidas com a luta muitas vezes toma a forma de violência sexual. Além disso, a discriminação contra as mulheres é composta pela intersecção de diferentes formas de opressão: elas são discriminadas por ser mulheres, e também pela sua cor de pele, língua, raça, etnia, classe social, situação financeira, religião ou sexualidade.

A raiz da violência contra as mulheres está no sistema patriarcal e no capitalismo, que impõem uma necessidade de controle, apropriação e exploração do corpo, vida e sexualidade das mulheres. O patriarcado funciona através de dois princípios: a noção de que as mulheres são propriedade dos homens, por isso sempre disponíveis a esses, e a divisão das mulheres em duas categorias: “santas” e “putas”. Como parte desse sistema, a violência é a punição para aquelas que não se enquadram no papel da “santa”: boa mãe e esposa. Por exemplo, é comum que os homens justifiquem que agrediram, verbal ou fisicamente, a suas esposas porque a comida não estava pronta ou porque a roupa que queriam vestir não estava limpa. Também é um castigo para aquelas que são consideradas “putas” e os agressores e a sociedade justificam a agressão dizendo que a mulher estava caminhando sozinha de noite, ou porque são lésbicas e devem ser ensinadas a ser heterossexuais, ou porque a roupa que estavam usando não era decente.

O mundo que lutamos para construir é livre da violência contra a mulher. Essa construção começou a ser feita quando o movimento feminista trouxe para o debate público a violência como uma questão política, fruto das relações de poder dos homens sobre as mulheres em uma sociedade patriarcal. A desnaturalização e desconstrução da violência como parte de uma suposta natureza masculina agressiva foi fundamental para a construção de uma conscientização sobre seu caráter histórico. O debate e articulação do movimento feminista desembocou na criação de legislações específicas e modificações das legislações existentes. Um exemplo de mudança é em relação ao atentado ao pudor, que passou a ser considerado crime contra a pessoa – em geral, contra as mulheres - e não contra os costumes.

No Brasil, essa trajetória incluiu num primeiro momento a luta pela punição de assassinatos de mulheres feitos em nome de uma suposta defesa da honra. Uma consigna que expressa essa reivindicação é: “quem ama não mata, não humilha e não maltrata”.

O segundo elemento nesta construção foi a retirada das mulheres vítimas a culpa pela violência que sofreram e o encorajamento a romper com o silêncio, cúmplice da impunidade. A denúncia teve e tem um papel muito importante inclusive para outras mulheres perceberem que a violência que sofrem não ocorre apenas com elas.

O terceiro elemento foi a exigência de punição como uma estratégia de garantia de justiça. Os direitos das mulheres, sua integridade física e pessoal são afetados pela violência. A punição também rompe com a banalização da impunidade e cria mecanismos de constrangimento.

No Brasil, a criação da Lei Maria da Penha representou um importante avanço no reconhecimento da violência doméstica contra a mulher e no combate à impunidade. Antes, esses casos eram tratados pela Justiça como de menor potencial ofensivo e a punição, quando muito, era a doação de uma cesta básica pelo agressor.

A Lei Maria da Penha prevê ainda diversas medidas de proteção para que seja o agressor a ter sua circulação restrita, e não a vítima. A efetiva implementação da lei esbarra na complexidade da realidade brasileira, o que estimulou o movimento a pensar alternativas, como unidades móveis de atendimento às mulheres que vivem no campo e na floresta.

Os serviços de saúde são a principal porta de entrada das mulheres vítimas da violência. Uma ação combinada entre o conjunto de serviços sociais é necessária para o enfrentamento da violência. A compreensão sobre a vulnerabilidade das vítimas, sua necessidade de acolhimento psicológico e social levou à criação de equipamentos exclusivos, como as delegacias de especiais de atendimento à mulher, as casas abrigo e os centros de referência, que ainda são raros se consideramos a demanda que existe no país.

No entanto, há limitações tanto na lei como na sua implementação. O despreparo do Judiciário é um desses elementos, uma vez que muitos juízes já deixaram de aplicar a lei por entender que ela feria o princípio da igualdade. Também no aparato policial há o descrédito à mulher que faz a denúncia, acompanhado por comentários machistas e abusos. A rede de atendimento é insuficiente e como estados e municípios não assumem o investimento

nesses equipamentos, os únicos recursos existentes, que vêm do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, lançado pelo governo federal em 2007, muitas vezes não chegam ao nível local.

A formação de redes de apoio e solidariedade, com a conquista de autonomia econômica pelas mulheres, o desenvolvimento de sua auto-estima e o combate à cultura misógina são estratégias feministas de enfrentamento à violência contra a mulher. As saídas para a violência não podem ser individualizadas, mas devem ser encaradas como parte do processo de transformação profunda da sociedade. Entendemos o papel das políticas públicas de assistência e acolhimento às mulheres vítimas de violência, mas também compreendemos que a violência só terminará com o fim do patriarcado. Por isso as lutas por implementação de políticas públicas precisam estar acompanhadas da luta global contra o patriarcado. É necessário se antecipar à violência e desenvolver ações preventivas. Isso significa construir autonomia das mulheres para que estas possam entender os mecanismos machistas de humilhação, redução da auto-estima e vulnerabilização. Implica também denunciar a violência e a culpabilização das vítimas e mobilizar frente às diversas formas em que a violência se manifesta.

Ao mesmo tempo, apontamos as falsas soluções para a violência, como é o caso de projetos que propõem criar vagões e ônibus exclusivos como maneira de lidar com o assédio sexual que as mulheres sofrem diariamente em meios de transporte coletivo. Essas medidas segregam as mulheres no espaço público e reiteram a cultura do estupro, que culpa as mulheres pela violência sofrida e não os homens que cometem a agressão.

DIREITO À CIDADE FRENTE À OFENSIVA DO CAPITAL

A construção do direito a uma vida que vale a pena ser vivida nas cidades passa pelo enfrentamento às desigualdades de classe, raça e gênero, que se aprofundam nas cidades organizadas pela lógica de mercado. Esta lógica segrega a população, concentra a riqueza e prioriza a circulação de mercadorias para a reprodução do capital. Isso está implícito, por exemplo, na realização de grandes eventos, na especulação imobiliária e na segregação da população de baixa renda. Enfrentar essa lógica excludente significa incorporar a experiência das mulheres para que os espaços públicos, a gestão da cidade e a participação política sejam organizados para além da experiência masculina de vida e mobilidade.

As mulheres mais pobres e as mulheres negras são as que geralmente trabalham em lugares mais distantes de sua moradia. Por isso, são as que levam mais tempo nos transportes públicos, os quais, nas grandes metrópoles, têm se mostrado como estruturas precarizadas e, para muitas delas, lugar de assédio sexual. As mulheres ainda precisam acordar mais cedo e dormir mais tarde para que as tarefas domésticas possam ser realizadas. É compreensível então que, nos finais de semana, quando há algum tempo livre, além de continuar a jornada doméstica e de cuidado com os filhos, a opção de muitas mulheres seja por descansar.

Sem acesso à cidade e ao espaço público, elas ficam cada vez mais aprisionadas aos espaços do trabalho e da casa, do mercado e do lar, da produção e da reprodução. São poucas as oportunidades de vivências na cidade, seja nas ruas, nos museus, no cinema ou no teatro, em reuniões do bairro ou na ocupação da praça.

Os homens, ao contrário, conseguem constantemente instituir seus lugares de sociabilidade masculina: o bar, o futebol ou a música com os amigos. São também sujeitos que transitam, “conhecem mais a cidade”, se apropriam dos espaços públicos sem questionar que, para isso, há mulheres em casa realizando o trabalho de cuidado, impedidas de produzir outras vivências e de experimentar a cidade.

A mercantilização das cidades é intensificada pelos grandes eventos, como a Copa do Mundo, e por uma concepção urbanista higienista que, para se realizar, precisa expulsar os pobres cada vez mais para as margens. Uma cidade mercantilizada é uma cidade onde quem domina é a especulação imobiliária, os serviços pagos, a cultura e os espaços públicos privatizados, as empreiteiras e os investidores do grande capital. Quando o mercado avança, o Estado e os serviços públicos como creches, saúde e educação são atacados e, mais uma vez, quem paga a conta são as mulheres.

As moradias precárias, como as favelas em áreas de risco ou de proteção ambiental, resultam da falta de acesso à habitação. Entretanto, esses espaços fazem com que as mulheres produzam novas formas de viver, construindo uma família ampliada por meio das relações de vizinhança. Ao arrancar as populações de seus territórios, as remoções destroem a cultura e os laços das pessoas entre si e com o local. A expropriação de seus lugares ocorre também por meio do aumento da força policial, da repressão e de chacinhas, que terminam em grande quantidade de mortos ou desaparecidos. O genocídio da

juventude negras é uma expressão dessa cidade do capital, segregadora e violenta. Nesse cenário, as mulheres lideram processos de enfrentamento. Esse protagonismo está relacionado ao papel que elas cumprem na cidade: o de vivência e de solidariedade, ou seja, o trabalho de cuidados com a sociedade.

Um sistema de transporte público de qualidade, ruas seguras, a desmilitarização da polícia e uma cidade sem violência são fundamentais para que as mulheres possam se reconhecer no espaço urbano, ter mais acesso à cultura e também à produção de cultura, aos encontros entre as pessoas, a uma vida criativa e feliz, livre de opressões. Para isso, é preciso que o Estado fortaleça os serviços públicos em detrimento dos interesses do mercado. Creches e saúde públicas e de qualidade, restaurantes populares e lavanderias coletivas são necessários para que seja possível dividir o trabalho doméstico e de cuidados entre homens, mulheres, toda a família, a comunidade e também o Estado.

A RESISTÊNCIA DAS MULHERES NOS TERRITÓRIOS RURAIS

No Brasil, mas também em outras partes do mundo, a ofensiva do capital por meio de empresas de exploração da natureza e do agronegócio ou de grandes obras tem expulsado mulheres e famílias de suas terras. Isso tem alterado profundamente as condições de produção do viver, inclusive com o aumento da violência.

Quando as comunidades são usurpadas de suas terras, as mulheres são usurpadas de sua cultura, de suas histórias e de sua identidade coletiva. O grande capital faz promessas de um pagamento justo, de reassentamento e de melhoria da qualidade de vida das comunidades. Nesse momento, as mulheres se perguntam: mas quem paga pelo meu quintal, pela horta, pelos espaços de culto religioso, pelos espaços de lazer das crianças ou pelas amigas que são perdidas nesse processo de usurpação? O capital usurpa e reserva grandes áreas de terra para si para depois explorá-las, alagá-las, degradá-las e contaminá-las.

Frente a esse cenário, as mulheres se organizam e resistem, conquistando, mantendo e reconquistando seus territórios de moradia e vida. O capitalismo quer água e terra, quer privatizar e colocar preço na vida e, para isso, tenta conquistar e colonizar os territórios dos povos tradicionais. A resistência se dá no campo, como na Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte, em que hoje está em curso uma disputa entre o modelo agroecológico e o do agronegócio, ou no Pinheirinho, em São Paulo. Mas também

em Moçambique, onde há aquelas que resistem contra a mineradora Vale e o projeto Pró-Savana.

A resistência também se expressa na solidariedade às mulheres nos territórios de Xique Xique, Altamira ou do Vale do Jequitinhonha, às moradoras e moradores de áreas de risco, nas cidades do litoral de Santa Catarina, e aos camelôs e trabalhadoras ilegais da cidade de São Paulo. A reforma agrária continua a ser a estratégia fundamental para enfrentar o modelo do agronegócio e garantir que a agroecologia e a solidariedade sejam a base da economia.

DESPATRIARCALIZAR O ESTADO E O SISTEMA POLÍTICO

Ao longo das últimas décadas, na América Latina e no Caribe, o feminismo construiu a compreensão de que o Estado não é neutro do ponto de vista do gênero. Ao contrário, sua origem está fundamentada na manutenção da ordem de uma sociedade patriarcal. Assim, despatriarcalizar o Estado e o sistema político significa transformar as estruturas, práticas cotidianas e discursos que perpetuam e reproduzem as relações de poder que subordinam as mulheres. O conceito foi proposto por feministas bolivianas.

Democratizar o poder é um tema permanente desde o início do movimento feminista. Ampliar a participação das mulheres em processos amplos de democratização da política, do poder e do Estado, mantendo uma perspectiva feminista, é um desafio na construção de outro paradigma de sociedade. Na prática política da Marcha, essa presença se realiza a partir da articulação com organizações feministas e com as mulheres dos movimentos sociais.

Uma profunda democratização do Estado implica em romper com os privilégios da classe dominante, gerar ações de despatriarcalização e que garantam o sentido público do Estado, com ações emancipatórias construídas com base na soberania e na participação popular. Isso implica, também, um papel ativo dos Estados no âmbito internacional, que promova políticas de integração entre os povos, que se baseiem nos princípios de solidariedade, reciprocidade e redistribuição, em oposição à lógica imperialista e colonialista da exploração.

Para despatriarcalizar o Estado e a sociedade, é preciso que se incorpore o feminismo como parte indispensável do projeto global de transformação, e que este questione também o papel do fundamentalismo religioso e de suas igrejas, que tem feito militância contrária aos direitos mais básicos das mulheres. Implica também considerar a conjuntura atual, em que há muitas mulhe-

res como chefe de Estado, o que deveria dar mais destaque às pautas feministas. Por outro lado, a ofensiva conservadora articula discursos profundamente misóginos que, para combater, exigem do movimento a elaboração de táticas e o aprofundamento da auto-organização das mulheres e da correlação de forças.

No Brasil, o modelo de participação democrática tem duas vertentes, a democracia representativa e a democracia participativa.

O sistema de participação representativa está consolidado através de leis e regras que garantem sua permanência. No entanto, esse sistema é arcaico e necessita de mudanças que possam superar entraves e desvios burocráticos e autoritários os quais levam à corrupção e à distorção de representação de gênero. Nesse cenário, defendemos uma reforma política que corrija os desvios desse sistema e possibilite uma real participação das cidadãs e cidadãos, ainda que indireta, porém, mais democrática e igualitária.

Já o sistema de representação direta tem pouca regulação e, historicamente, seu exercício tem sido fruto de movimentos organizados que o utilizam como instrumento para intervir em temas centrais do país. Os plebiscitos populares representam um exercício de democracia em que a população tem poder real para mudar o destino do país. Apesar de não terem regulação legal, apresentam legitimidade social. Na história do Brasil, temos experiências em que esse mecanismo de participação popular foi utilizado de maneira estratégica para promover decisões, tais como em torno à dívida externa, à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e à companhia mineradora Vale.

Em gestões eleitas como resultado da mobilização popular, a implantação do orçamento participativo também foi exemplo de mecanismo de participação direta da população nas decisões para destinação do orçamento e de investimentos públicos com controle social.

A participação política das mulheres ainda é secundarizada e enfrenta muitos obstáculos. Aprofundar uma visão comum sobre os desafios enfrentados nesta conjuntura repleta de ofensivas conservadoras do capitalismo patriarcal, racista e lesbofóbico contra os corpos, vidas e territórios das mulheres é um primeiro passo para intensificar a participação. O segundo é fortalecer a auto-organização e as estratégias de construção do feminismo, que seja enraizado em processos locais, conectado de forma solidária internacionalmente e em aliança com outros movimentos sociais anti-capitalistas para tensionar o Estado e alterar a lógica da divisão sexual do trabalho em suas políticas econômicas.



Mostra de
Economia
Feminista e
Solidária



PRÁTICAS POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DE UM FEMINISMO EM MOVIMENTO

A auto-organização das mulheres é uma estratégia para transformar a correlação de forças e avançar na conquista de igualdade e liberdade para as mulheres. Na Marcha Mundial das Mulheres, buscamos construir um feminismo não institucionalizado e militante. Pelas práticas políticas, criamos nossa linguagem, nossos métodos e símbolos. Fortalecemos nossas estratégias de resistência por meio de processos de construção de alianças com movimentos sociais anti-capitalistas. Buscamos construir consensos entre a diversidade das militantes e das culturas políticas distintas, que são a base deste feminismo em movimento.

○ DESAFIO DE CONSTRUIR UM MOVIMENTO INCONTORNÁVEL

Entendemos que um movimento é incontornável quando tem capacidade de agir sobre a conjuntura, de interferir nos processos políticos e de posicionar sua agenda no espaço público, atingindo conquistas. No caso de um movimento feminista, como a Marcha Mundial das Mulheres, a estratégia fundamental para essa construção é a auto-organização.

A auto-organização das mulheres tem como objetivo a construção de um sujeito político forte, capaz de formular plataformas de luta, ampliar a consciência e a ação feminista. Mas as mulheres são diversas e um desafio permanente é a construção de um movimento em que caibam todas, em que a agenda política contenha as lutas para transformar todas as estruturas de desigualdade.

Na experiência da Marcha, a diversidade é vivida do ponto de vista internacional e também entre as próprias brasileiras. Somos tão diferentes e ao mesmo tempo tão iguais. Temos uma identidade política construída cotidianamente através de um processo simbólico contínuo. A música nos une, mesmo com a variedade de letras compostas por cada país. Colocamos nosso logo em nossas roupas, e quando vemos esse símbolo em qualquer parte, sabemos que ali tem mulheres que lutam para transformar o mundo.

Na Marcha, participam mulheres do mundo urbano e rural - agricultoras, sindicalistas, jovens, negras, indígenas, mulheres de diferentes etnias e religiões. Nós reconhecemos, respeitamos e valorizamos a diversidade de realidades, de países, de abordagens políticas ou de estratégias de ação das mulheres. Reconhecemos os povos sem Estado e sem território que recusam ser homogeneizados por uma metrópole. Essa diversidade se expressa também em nosso funcionamento, no qual as organizações de mulheres de povos que lutam por sua autonomia também podem se constituir como Coordenação Nacional. Um exemplo são as mulheres do País Basco, que não se reconhecem como Espanha, e por isso se organizam como Coordenação Nacional do País Basco, ou mesmo as mulheres do Quebec.

A diversidade perde sua potência política quando é tratada apenas como uma somatória de diferenças, uma justaposição de imagens em um cartaz. A Marcha busca envolver um grande número de mulheres que chegam cada uma com suas histórias de vida e militância, promovendo a interação, a “polinização” das agendas e a construção de novas síntese e novos pontos de partidas em busca de uma utopia comum. O que nos une, além de nossa experiência comum é o “vir a ser”, é o nosso desejo de transformar cada uma de nós e as sociedades em que vivemos a partir de ações concretas, desenvolvidas conjuntamente. Isso não é só um discurso ou uma teoria: as mulheres do Québec nos convenceram a marchar porque elas também haviam marchado em 1995.

Reforçamos os processos de construção de consenso, debatendo os assuntos polêmicos em diferentes espaços de intercâmbio de informação até que cada questão seja aprofundada e, assim, possamos tomar uma posição comum. Isso exige muita conversa, muito tempo e respeito mútuo para que possamos ouvir umas às outras, compreender as diferentes culturas

políticas e construir soluções de consenso e de compromisso para pontos de vista divergentes. Nossa Marcha segue como as zapatistas: caminhamos no ritmo daquelas que andam mais devagar para não perder nenhuma pelo caminho.

Valorizar a diversidade passa por compreender a existência de pontos de partida desiguais entre nós. Há posições de classe, raça e etnia que são base das desigualdades em nossas sociedades e que se reproduzem também entre nós, mulheres. Isso pode se manifestar em nossa própria organização, porque nós sabemos que as mulheres com ensino superior, que falam várias línguas, podem viajar e participar mais facilmente de um movimento internacional. Por isso, uma preocupação central no processo da Marcha internacional é com a tradução dos textos, eixos políticos e reuniões. E, também no Brasil, as questões logísticas são tratadas como políticas. As discriminações que sofremos por ser negra, indígena, lésbica ou não ter um corpo considerado perfeito pesam sobre nossa ação. Na Marcha, buscamos que haja espaço para todas nos processos coletivos e na construção do movimento internacional de mulheres.

A história do feminismo é marcada por muitas disputas internas que fizeram com que alguns movimentos se dissolvessem. O bonito de olhar para nossas contradições (de classe, idade, raça e sexualidade) é perceber que estamos no processo de superá-las. Para nós, é um desafio permanente fazer a auto-crítica, pensando juntas em como podemos superer as contradições e garantir a diversidade de posições políticas e experiências dentro da Marcha.

Estamos construindo mecanismos de luta a partir de nossas experiências com base em realidades concretas. A utopia feminista é a vontade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, colonial e homofóbico. A Marcha começou como um movimento que pretendia atuar contra as causas da pobreza e da violência, vendo como essas desigualdades se estruturam. Nossa unidade, portanto, se dá através da ação. Todas as mulheres marcham, se organizam e estão nas ruas, nos enfrentamentos. E assim criamos uma relação de confiança entre nós.

Buscamos a coerência entre o discurso, o conceito e nossa prática e radicalizar nossa auto-gestão. Embora às vezes não consigamos totalmente, essa preocupação sobre a forma de construir o movimento é uma cons-

tante na Marcha. Procuramos distribuir as tarefas e trocar de papéis, para não reproduzir a divisão intelectual do trabalho, presente em parte dos movimentos feministas. Queremos combater a ideia de que existe uma hierarquia entre nós, entre feministas verdadeiras ou não.

A Marcha se organiza por meio de grupos participantes ativos, que conformam as Coordenações Nacionais. Estas têm autonomia para definir suas ações, sua agenda e suas prioridades. As ações internacionais que realizamos a cada cinco anos são construídas em um amplo processo de participação e consulta e não são impostas. Partir do cotidiano das mulheres e de suas histórias de resistência, nos abre para uma série de lutas, e isso expande e fortalece a agenda feminista.

A solidariedade também é um princípio central para a Marcha, que tem como eixo “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres”. A compreensão é de que não seremos livres enquanto as mulheres da Palestina, da República Democrática do Congo, do Saara Ocidental, de Bangladesh, do Haiti e de tantas outras partes do mundo não forem livres. E não seremos livres enquanto as nossas companheiras de Apodi, no Rio Grande do Norte, no Brasil, não estiverem livres da ameaça do agro e hidronegócio em seus territórios. Desde 2011, temos nos mobilizado nacional e internacionalmente para repercutir a luta de Apodi.

No espaço do Encontro Internacional a Tenda da Solidariedade foi uma experiência que concretizou a solidariedade a partir das rodas de conversa, facilitadas por tradutoras voluntárias, que permitiram escutar a voz das mulheres de todo o mundo que vivenciam situações extremas de desigualdade econômica, militarização e controle de seus corpos, povos e territórios pelas forças capitalistas e patriarcais.

ALIANÇAS PARA AMPLIAR O FEMINISMO

Mudar a vida de todas as mulheres só é possível com a mobilização e o trabalho conjunto de muitas forças. Nossa própria construção e movimento envolveu uma grande quantidade de parcerias, não apenas entre os grupos feministas e de mulheres, mas também entre aquelas organizadas em movimentos mistos, compostos por mulheres e homens. Além disso, a Marcha participa em processos de construção de convergências de análises

e de propostas, como o Fórum Social Mundial e a Assembleia dos Movimentos Sociais, onde atua com outros movimentos sociais que compartilham a identidade anti-capitalista como, por exemplo, a Via Campesina, os Amigos da Terra, o GGJ – Aliança Popular por Justiça Global, o Jubileu Sul Américas, o CADTM – Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, entre outros.

Estas alianças se controem com a expectativa de “polinizar” uns aos outros com análises e práticas. A Marcha se envolve nestes processos não só para garantir a presença de um grande número de mulheres, o que em si pode ser um elemento de enfrentamento ao machismo e à misoginia, mas também para afirmar a presença de um movimento feminista com posicionamentos ou reflexões sobre muitos dos temas em debate na sociedade. Desta forma, por exemplo, nos movimentos antimilitarização, uma de nossas contribuições é para demonstrar o uso dos corpos das mulheres como despojos de guerra. Já nos movimentos pela soberania alimentar, trazemos à tona a questão da divisão do trabalho doméstico e reprodutivo.

Do diálogo com as mulheres dos movimentos sociais aliados, emerge como um desafio permanente o enfrentamento à discriminação, ao assédio e à violência contra as mulheres nesses espaços ou em suas áreas de influência. Queremos que todos os movimentos desafiem suas desigualdades internas de gênero, que tenham a vontade política e formas eficazes de prevenir e coibir a violência, para que mais e mais mulheres sintam que eles são um lugar onde podem se expressar de forma segura e livre.

Além da ampliação de nossa agenda, o trabalho em aliança com outros movimentos também nos traz o desafio de acompanhar processos regionais e temáticos em equilíbrio de energias com a nossa própria construção. Há algum tempo atrás, existia fortemente nos movimentos o questionamento se algumas demandas eram gerais ou específicas, sendo que as gerais comumente eram vistas como as mais urgentes. Atualmente, essa divisão parece ter sido superada: é tão urgente enfrentar a financeirização da natureza como defender a legalização do aborto.

Quando a Marcha começou a articular as lutas contra a pobreza e a violência sexista, houve alguns questionamentos. Havia quem dissesse que, por colocar a pobreza como alvo, a Marcha estava reduzindo a agenda feminista. Nós não compartilhamos esta avaliação. Buscamos construir

uma análise feminista para todas as questões fundamentais do contexto. Por exemplo, queremos assegurar que as mulheres conheçam, assumam a propriedade e decidam sobre um território pelo qual elas tanto lutam para recuperar ou para assegurar a permanência de seus povos. Essa luta não vai ser forte o suficiente se as mulheres não forem ouvidas, se elas têm pouca mobilidade ou poder de decisão sobre suas vidas.

Ao longo dessa trajetória, também fomos construindo alianças feministas. Nas Américas, a luta contra a ALCA permitiu consolidar uma crítica à sobrecarga e invisibilidade do trabalho das mulheres e a todo o sistema patriarcal e capitalista. O slogan circular “mudar o mundo para mudar a vida das mulheres para mudar o mundo para mudar a vida das mulheres...” articula o que eram anteriormente as lutas gerais e as chamadas lutas específicas, considerando que gênero, raça e classe estruturam nossas sociedades desiguais e injustas. Por exemplo, podemos dizer não a ocupações militares e ao poder militar ao invés de reivindicar que as mulheres façam uma carreira no exército. Dizemos não aos acordos de livre comércio, que são formulados em função dos interesses das transnacionais, em vez de adicionar cláusulas sociais de gênero que funcionam como uma maquiagem e não mudam a orientação neoliberal destes acordos.

Nossas alianças estratégicas não ocorrem apenas do ponto de vista de agenda política, mas também de forma organizacional, como é o caso das Convergências de Comunicação dos Movimentos Sociais. As convergências são espaços nos quais somamos nossa força à de outros movimentos sociais para cobrir midiaticamente – com textos, programas de rádio e TV, fotos e outras iniciativas nas redes sociais – as ações e os eventos que articulamos para denunciar e confrontar o sistema capitalista, patriarcal, racista e colonialista e seus agentes.

FRENTE À CAPTURA CORPORATIVA DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS, UMA DIPLOMACIA POPULAR

A primeira ação da Marcha Mundial das Mulheres, em 2000, foi encerrada em uma audiência da Organização das Nações Unidas (ONU), onde as mulheres disseram basta ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional. Desde essa origem existe a percepção da necessidade

de estabelecer uma relação distinta com essas instituições, que apresentam estruturas desiguais e hierárquicas que impedem a participação de muitas mulheres. Nossa prioridade tem sido organizar ações concretas e construir alternativas propostas pelas mulheres.

Reconhecemos a importância de instrumentos jurídicos conquistados nos espaços da ONU, como a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), que devem ser defendidos e implementados, e se tornam ainda mais importantes em situações de ataque aos direitos legais das mulheres por fundamentalistas conservadores e religiosos. Mas a negociação nestes espaços não é o foco da atuação da Marcha em âmbito internacional.

Ao contrário, esta atuação é orientada para construir espaços paralelos e populares, que se contrapõem às conferências oficiais da ONU e do sistema multilateral. Ou seja, o foco não é fazer lobby ou estar em negociações oficiais, mas denunciar e impedir que as mulheres sejam usadas como desculpa para ocupação de territórios, como foi o caso no Afeganistão. Ou para denunciar toda e qualquer forma de mercantilização das mulheres, dos direitos ou dos serviços públicos, como foi o caso na reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC), em Cancún, no México, onde dissemos não à inclusão de cláusulas de gênero em acordos comerciais, e junto com os movimentos sociais tiramos a OMC dos trilhos.

Também não queremos a mercantilização da natureza. Por isso estivemos na Cúpula dos Povos paralela à Rio +20, em 2012, onde a crítica à economia verde (ou capitalismo verde) foi fortalecida e se mobilizou um debate e uma vivência para avançar nossas propostas políticas. Em 2010, fomos a Bukavu, na República Democrática do Congo, sob intervenção militar da ONU há muito tempo até hoje.

O questionamento às instituições multilaterais busca criar outras formas de diálogo entre países por meio de uma “diplomacia popular”. Desde 2012, a campanha para dismantelar o poder das empresas transnacionais que se apropriaram há décadas do espaço da ONU tem ganhado força. Isso vem exigindo de todos os movimentos sociais uma ação articulada tanto nos espaços da ONU quanto fora deles, no trabalho de denúncia e sensibilização junto à sociedade por meio da elaboração de um Tratado dos Povos para controlar o poder multinacional.

Dar consequência a essas ações com vistas a solucionar situações concretas é um desafio permanente. A MMM é um movimento internacional, mas a pressão que exercemos acontece em escala nacional, sobre nossos governos, que nos representam nos espaços multilaterais.

UMA NOVA GERAÇÃO POLÍTICA

Na Marcha Mundial das Mulheres, buscamos atuar com a diversidade de vivências e experiências do conjunto de nossas militantes, a fim de descobrir novas formas de resistência. Assim como as mulheres negras, indígenas ou lésbicas expressaram e continuam expressando sua voz no movimento de mulheres de forma teórica e prática, as jovens também sabem falar de suas realidades e recriar suas práticas.

O conhecimento e as análises produzidas pelas militantes presentes no movimento há mais tempo, assim como o esforço de numerosas mulheres para manter essa memória viva em arquivos feministas são uma fonte importante para a organização das jovens. Isto acontece seja por meio de práticas concretas de luta, seja por sua participação em outros movimentos organizados, buscando novas formas de fazer política. As experiências de participação das jovens da Marcha em diferentes países são diversas. Na Europa, por exemplo, as dificuldades de participação encontradas pelas jovens as levaram a se auto-organizar para pensar estratégias e construir, na prática, um espaço de militância. Desde 2011, as europeias realizam um acampamento feminista, um espaço totalmente auto-gestionário que permitiu a criação de laços de solidariedade, liberdade e confiança política entre as jovens, fundamental para sua ação.

No Brasil, a participação das jovens na Marcha acontece desde seu início, nos anos 2000, e se aprofundou com o Fórum Social Mundial, a partir de 2001, através da radicalidade de nossas posições e da criatividade de nossas ações, como a batucada. Acumulamos uma compreensão de que as jovens forjam uma nova cultura política e compõem uma nova geração política, que contribui para oxigenar as ferramentas e linguagens feministas com irreverência e radicalidade que logo se estende ao conjunto das militantes do movimento, proporcionando novas sínteses.

BATUCADA FEMINISTA E OCUPAÇÃO FEMINISTA
DO ESPAÇO PÚBLICO

Ocupar as ruas com marchas, faixas, batucadas e outras intervenções urbanas como o lambe-lambe e o estêncil é uma das características do nosso feminismo. Esta ocupação tem como sentido político não apenas a visibilidade do movimento, mas também nossa própria organização e reconhecimento como coletivo. As intervenções urbanas deixam marcas feministas nas ruas e afirmam nosso combate permanente ao machismo e ao capitalismo, que empurram as mulheres para o mundo privado e impõem uma lógica individualista de estar no mundo.

Multiplicar as lutas e os espaços de luta permite que cada vez mais mulheres se tornem feministas e se libertem da crescente alienação. As práticas coletivas de ocupação das ruas constroem uma cultura de solidariedade entre as mulheres e nos ajudam a nos defender verbalmente e mesmo fisicamente de todas as violências que sofremos.

É o caso da Batucada Feminista, que é um instrumento político de luta da Marcha Mundial das Mulheres que surgiu no Brasil, em 2003, fruto da Ofensiva Contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres¹. Ela é composta de latas, tambores, baquetas e mulheres que se juntam no ritmo contra o machismo. Durante a construção do 8 de março de 2004, com o envolvimento de muitas jovens ativistas no processo, foram constituídas batucadas feministas em outros estados. Até então, somente o Rio Grande do Norte tinha essa experiência.

Cada estado tem uma dinâmica de organização própria e escolhe seus ritmos. O que é central nas palavras de ordem é a luta das mulheres. Com a batucada, ecoamos nossa luta em músicas, palavras de ordem e jograis. Os instrumentos que usamos são feitos prioritariamente de materiais reciclados ou que fazem parte do nosso cotidiano, como latas, tambores de plástico e cabos de vassouras que cortados se transformam em baquetas. A batucada é protagonizada pelas jovens, mas em alguns estados há também expressiva participação de mulheres adultas.

1. Compreendendo que o padrão de beleza e feminilidade imposto pela sociedade de mercado tem a juventude como o seu principal alvo, em julho de 2004, fizemos uma reunião de jovens da Marcha que definiu a organização de uma Ofensiva Contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres. Essa campanha se somou às mobilizações da Marcha contra a tirania do livre comércio.



Espaço de formação da batucada feminista

Mulheres de diferentes países participam de transmissão ao vivo do “Boteco das minas”, do espaço da Convergência de Comunicação dos Movimentos Sociais.



Além de apresentar nossa luta em uma nova linguagem, a batucada é um espaço permanente de organização onde debatemos e criamos nossas próprias alternativas. Quando batucamos, demonstramos que queremos outras práticas e que não aceitamos as músicas machistas que ouvimos diariamente nas rádios e na TV.

Uma ação feminista para combater o machismo em todas as suas expressões tem também como desafio refletir sobre como consolidar uma prática feminista cotidiana que contribua para a construção de autonomia para as mulheres. Com a batucada, buscamos democratizar a fala nas ruas. Trata-se de uma forma direta de ação política, de levar o feminismo para os olhares e ouvidos da rua, de expressar nossas lutas e ocupar o espaço público. Além disso, o ritmo ajuda a gerar concentração, unidade e força nos momentos de ação coletiva.

Durante toda a semana em que aconteceu o Encontro Internacional, o Memorial da América Latina em São Paulo foi tomado pelas músicas e ritmos militantes da Batucada. Os estados do Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo trouxeram mais de 200 latas, tambores e baquetas que foram utilizados por diversas mulheres. O Dia da Visibilidade Lésbica e o protesto contra a mineradora Vale ecoaram através das músicas e palavras de ordem e inspiraram as centenas de feministas vindas dos países que participaram do encontro.

PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO FEMINISTA: NAS RUAS, NAS REDES E NOS ROÇADOS

Comunicar nossas reflexões e propostas com nossas próprias vozes e linguagens é um dos desafios que encontramos em nossa prática política. Nessa busca, a forma e o conteúdo andam juntos. É preciso refletir sobre os desafios de utilizar uma linguagem não-sexista, buscar maneiras acessíveis de falar sobre como o capitalismo e o patriarcado controlam nossas vidas e encontrar forma de comunicar nossas lutas para toda a sociedade, criando nossas próprias mídias.

A batucada, os fanzines feministas, as faixas, o estêncil, os lambe-lambe e as ações diretas sobre outdoors são ferramentas que nos ajudam nesse propósito. Os fanzines feministas expressam nossas denúncias e experiên-

cias a partir de recortes de imagens de revistas e jornais e colagens que vão compor nossas mensagens. Essa prática foi trazida sobretudo pelas mulheres identificadas com o movimento punk feminista.

A confecção de faixas também é uma linguagem característica da MMM. Com retalhos, pintura e costura expressamos nossos pensamentos, retratamos uma preocupação ou dizemos uma palavra de ordem. Em atividades de rua, utilizamos frases menores, que transmitem com mais facilidade nossa mensagem pois são mais fáceis de serem lidas.

Em quase todos os estados, o “lambe-lambe” é uma prática permanente da Marcha. Com mensagens curtas e diretas, radicais, irônicas ou poéticas, esses cartazes se espalham pelos muros e postes ou se transformam em “pirulitos” que ajudam a deixar uma mensagem feminista nas ruas.

Outdoors, cartazes com propagandas machistas ou mesmo paredes são suportes perfeitos para a expressão da indignação feminista. A pichação crítica e o estêncil são ações de enfrentamento direto ao machismo que trata as mulheres como objetos e mercadorias. Para além da criatividade, esse tipo de ação nos espaços públicos exige planejamento coletivo, segurança e organização.

Sabemos que a grande mídia não divulga nossas ações e pautas, pois é sexista, machista e legitimadora do modelo econômico vigente. O 9º Encontro Internacional da MMM foi um espaço em que pudemos construir convergências para produzir de maneira autônoma conteúdos feministas, como fotos, vídeos, textos, programas de rádio e boletins, que deram conta da riqueza de debates e intercâmbios realizados ali.

A elaboração da estratégia de comunicação para o encontro foi um exercício e um passo a mais em nossa qualificação para utilizar ferramentas e técnicas que, em geral, não são reconhecidas como espaços de atuação das mulheres. Foi a partir de nossa cobertura que conseguimos pautar os grandes meios de comunicação que, com todas suas limitações, ainda possibilitam que nossa discussão vá além de nós mesmas.

O espaço público real se estende ao espaço virtual em uma ação feminista que ocupa as ruas, os roçados e também as redes. A internet é o meio de comunicação que se expandiu de forma mais rápida na história, mais intensamente que o rádio e a televisão. Com o desenvolvimento das tecnologias, um número cada vez maior de pessoas está conectada e a inter-

net passou a ser usada para propagar visões de mundo que não encontram espaço na grande mídia. Entretanto, a internet está longe de ser um meio acessível para todas e todos. Segundo dados da Internet World Stats, em 2012 apenas 34,3% da população mundial tinha acesso à rede.

Ainda que a internet tenha limitações, é uma ferramenta prática de comunicação. Uma parte grande das militantes brasileiras da Marcha Mundial das Mulheres a utiliza no dia a dia. Por meio das redes sociais, conseguimos obter informações sobre as ações feministas da MMM não apenas no Brasil, mas no mundo todo. Sem a internet, não teríamos notícias tão rápidas sobre os outros países e as diversas regiões do Brasil.

Todos os mecanismos que ela oferece – blogs, redes sociais, listas – são ferramentas fundamentais em nossa comunicação, mas não são nosso espaço prioritário de articulação, que é feita diretamente, em nossos encontros presenciais, reuniões e oficinas de debate e de construção de materiais. Na ocupação das redes, plasmamos o conceito de Feminismo 2.0.

ARTE E CULTURA PARA CHEGAR A TODAS AS MULHERES

Cerca de 20% das mulheres de todo o mundo não sabem ler nem escrever. Quando nos comunicamos internamente, utilizamos prioritariamente as tecnologias e todas as outras ferramentas disponíveis. Mas sabemos que elas têm condicionantes do capitalismo. Para chegar às mulheres de base, é preciso ter em mente que a grande maioria da população não tem acesso à internet e, muitas vezes, nem à televisão. Por isso as ações da MMM são baseadas em três setores estratégicos para a transformação que queremos na sociedade: informação, comunicação e arte.

A arte tem capacidade política de comunicação. De acordo com a visão feminista, todas nós podemos ser artistas. A arte não pode ser elitista. Todas as mulheres podem encontrar sua linguagem artística e, por isso, buscamos desenvolver uma estética própria e variada, que represente toda a nossa diversidade de formas e cores.

Durante o Encontro Internacional, as militantes trocaram experiências sobre como fazer cultura dentro e através de um movimento que por si só é de contra cultura. O feminismo é contra a cultura do machismo, do capitalismo, do racismo e da lesbofobia.

Feminismo 2.0, até que todas sejamos livres

“Feminismo 2.0” é a expressão que utilizamos no Brasil para definir o uso colaborativo e coletivo que fazemos da internet como instrumento de comunicação alternativa, feminista e popular, de forma a conectar através da rede a luta histórica e atual das mulheres.

O blog da Marcha tem sido o instrumento prioritário para agregar textos das militantes, divulgar notícias e informar sobre nossas ações para as mulheres brasileiras e de todo o mundo. Através das redes sociais, conseguimos compartilhar informações de atos e manifestações em tempo real. No Facebook, através da página da MMM Brasil¹ e das páginas da MMM nos estados, temos aproveitado a possibilidade de compartilhamento rápido de conteúdos para mobilizar as mulheres para nossas atividades.

No Brasil, a MMM também usa outras ferramentas, tais como o Flickr e o Instagram, para compartilhar fotos, e o Twitter, para divulgar mensagens e links de forma massiva. O acesso à internet também permitiu organizar o “Boteco das Minas”, uma transmissão feita por jovens da Marcha Mundial das Mulheres na internet, na qual elas conversam sobre os assuntos feministas que foram pauta durante o último período e interagem com internautas ao vivo².

Mas as comunicadoras também apresentam críticas às empresas da internet, como o próprio Facebook. Esta é uma das empresas que visa o lucro e que tem como prática recorrente a censura de conteúdos políticos, bloqueando

>>

1. <http://www.facebook.com/marchamundialdasmulheresbrasil>

2. <http://marchamulheres.wordpress.com/buteco-das-mina/>

Um primeiro ponto foi entender que cultura é tudo aquilo que os homens e mulheres produzem, o que as pessoas fazem cotidianamente e a forma como se autorrepresentam. Assim, é necessário reconhecer a cultura como elemento fundamental na sociedade, para a denúncia e a resistência contra as opressões. A cultura é uma ferramenta política dentro e fora dos movimentos sociais.

Para ser contra-hegemônica, deve valorizar as práticas culturais e combater a ideia de cultura somente como entretenimento e lazer, e afirmar

ou suspendendo perfis de ativistas feministas, ao mesmo tempo em que permite a livre circulação de conteúdos machistas e discriminatórios. Além disso, o Facebook também não é uma rede segura para troca de dados, já que ganha muito dinheiro manipulando e vendendo as nossas informações.

As grandes empresas têm monopólio sobre as tecnologias que também servem ao mercado. É preciso construir nossos próprios meios, buscando tecnologias que favoreçam a construção de nossa autonomia, tais como as que utilizam os softwares livres (não proprietários) e a criptografia.

Nossas atividades na internet são combinadas com ações no campo e nas cidades, espaços em que também temos que ter nossas próprias formas de comunicação. A grande presença de discursos feministas na internet é um avanço, mas não significa que a situação das mulheres caminha na mesma velocidade. Não podemos nos deixar enganar pelo discurso liberal que muitas vezes acaba tendo mais visibilidade na mídia e que atribui a mudança a apenas um tema de empoderamento individual das mulheres, como se o feminismo fosse só um comportamento, e não um movimento político.

A internet demanda tempo e conhecimentos que muitas vezes não estão ao alcance da maior parte das mulheres. Depois de cuidar da casa, dos filhos e de nossas tarefas cotidianas, ainda temos que abrir documentos, ler e responder e-mails. Isto nos lembra sempre o desafio de pensar em como passar informação para mulheres analfabetas e trabalhar politicamente as tecnologias, de forma a gerir nosso tempo da melhor maneira.

seu sentido de memória e afirmação individual e coletiva de homens e mulheres. A apropriação da cultura pelo mercado e pela indústria cultural distorce os valores embutidos nas práticas culturais populares. É um desafio entender os contextos sociais das diversas manifestações e ousar criar novas alternativas de cultura para a liberdade.

O machismo está presente também nos espaços de produção e divulgação da cultura. Nesse sentido, muitas mulheres atuam para se apropriar e se empoderar da cultura na teoria e na prática. É o caso do festival “Mulheres no Volante”, que surgiu em 2007 em Juiz de Fora (MG) com o objetivo de reunir bandas compostas por mulheres que cantam e tocam ins-

trumentos musicais. Em 2007, apenas os amigos das organizadoras foram assistir ao festival. Mas em 2010 e 2012, mais de 1.000 pessoas curtiram o evento. Em 2008, foi realizada uma oficina de bateria mista, ministrada por um homem, participando 8 meninos e apenas 2 meninas. Em 2010 a oficina foi só para meninas, e a participação foi muito maior. A autogestão proporciona o empoderamento das artistas.

Outro exemplo é a intervenção feminista no Beco dos Artistas, em Mossoró (RN). O trabalho nasceu após uma ocupação cultural realizada coletivamente por homens e mulheres, que são companheiros de amizade e de militância em diversos movimentos sociais. Quando as mulheres pediam para tocar e cantar não eram levadas a sério. Como resposta a esta atitude, militantes e artistas realizaram uma intervenção feminista no beco. Alguns companheiros resistiram mas a cada intervenção mais pessoas participavam. As atividades incluíam sempre oficinas de batucada e muitas meninas conheceram e se aproximaram da Marcha e do feminismo a partir dessa intervenção no beco.

Estes são aprendizados e acúmulos que construímos a partir do cotidiano da militância feminista, em um movimento anti-capitalista. Juntas, fortalecemos nossa auto-organização e as estratégias de construção de um feminismo enraizado em processos locais que se conectam internacionalmente, em aliança com movimentos sociais anticapitalistas e com uma forte solidariedade internacional que se expressa no nosso lema: “Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!”



Elaine Campos

Abertura do Encontro Internacional com representantes de todos os continentes.

Diversidade marca a participação das mulheres no Encontro.



Joanne McDermott



Joanne McDermott



Credenciamento das participantes no Encontro Internacional



Plenária de formação sobre trajetórias do feminismo na América Latina e Caribe



Fafá Souza

Expressão da força das mulheres negras na cultura que resiste.



Julia Gimenes

Em ciranda feminista, as mulheres se fortalecem: "Companheira me ajuda que eu não posso andar só, eu sozinha ando bem mas com vocês ando melhor"



Participação das mulheres nos espaços de formação feminista



Rosângela Rigo (*in memoriam*) e Nalu Faria: militantes feministas participam do Encontro Internacional.



Fafá-Souza

Visibilidade lésbica marca o dia 29 de agosto no Encontro Internacional e a manifestação pelas ruas de São Paulo, no dia 31.



Elaine Campos



Graça Samo e Miriam Nobre: Transição do secretariado internacional da Marcha Mundial das Mulheres do Brasil para Moçambique



Feministas de todo o mundo demonstram solidariedade à luta das mulheres da Chapada do Apodi, no Rio Grande do Norte.



Colcha Mundial da Solidariedade, construída pelas mulheres em 2005, é exposta pela primeira vez em São Paulo.



Mulheres participam de plenária de formação feminista.



A exposição “Feminismo em marcha” contou a trajetória da Marcha Mundial das Mulheres por meio de fotos, vídeos e materiais do movimento



Jovens feministas participam de oficina da batucada.



Elaine Campos

Batucada feminista ocupa a Avenida Paulista em manifestação, dia 31 de agosto de 2013.

Elaine Campos



Comitê Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, com duas representantes de cada região do mundo: Américas, África, Europa, Mundo Árabe-Oriente Médio e Ásia.

Encontro tem participação expressiva das mulheres negras e afirma o desafio de construir um feminismo anti-racista.



Joanne McDermott



Mulheres de Moçambique assumem a coordenação internacional da Marcha Mundial das Mulheres

Faixa abre manifestação de 4 mil mulheres em São Paulo, dia 31 de agosto de 2013.



Elaine Campos



Elaine Campos

A partir da prática na convergência de comunicação dos movimentos sociais durante o Encontro, o coletivo de comunicadoras da MMM foi formado.



Elaine Campos

As mulheres denunciam o avanço do capital sobre seus territórios.



Joanne McDermott



Liberdade, igualdade, solidariedade, justiça e paz são os valores do mundo que queremos construir





Secretaria de
Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

sof
SEMPREVIVA
ORGANIZAÇÃO
FEMINISTA

